



SIMULADO FINAL

ISS GUARULHOS SP

Auditor Fiscal VI
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ISS Guarulhos**, cargo de **Auditor Fiscal VI**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/faupLc5Dqth7XgXC9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4yDWT5z>

CADERNO 1 - BÁSICO (MANHÃ)**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 1 A 15****Quando o celular lembra por nós**

Durante muito tempo, a memória foi tratada como uma espécie de arquivo interno: quanto maior a quantidade de informações armazenadas, maior seria a capacidade intelectual de uma pessoa. A disseminação dos dispositivos digitais, porém, tornou essa imagem menos precisa. Hoje, parte considerável do que precisamos recordar está distribuída entre agendas eletrônicas, aplicativos, mecanismos de busca e conversas arquivadas.

Essa transferência não significa necessariamente que as pessoas estejam perdendo a capacidade de memorizar. Em muitos casos, elas apenas passaram a guardar informações diferentes. Em vez de decorar um endereço, por exemplo, o indivíduo memoriza em qual aplicativo poderá encontrá-lo. A lembrança do conteúdo cede espaço à lembrança do caminho que conduz ao conteúdo.

Pesquisadores chamam esse fenômeno de “memória transativa”: um sistema em que as informações são distribuídas entre diferentes pessoas ou recursos. O conceito não nasceu com a internet. Em grupos familiares, sempre foi comum que uma pessoa se lembrasse das datas importantes, enquanto outra soubesse onde estavam guardados documentos ou objetos. A tecnologia ampliou esse processo, permitindo que parte da memória seja confiada a ferramentas disponíveis quase permanentemente.

Essa disponibilidade produz alívio, mas também cria dependência. Quando uma informação pode ser recuperada em poucos segundos, parece pouco eficiente gastar esforço para retê-la. O problema surge quando confundimos facilidade de acesso com domínio do conhecimento. Localizar rapidamente uma explicação não significa compreendê-la, assim como arquivar um artigo não equivale a incorporá-lo ao próprio repertório.

Há ainda outro risco: os sistemas digitais não apenas armazenam aquilo que decidimos guardar; eles também selecionam o que voltará a ser mostrado. Fotografias antigas, notícias e publicações reaparecem segundo

critérios definidos por plataformas. Desse modo, a tecnologia participa da reconstrução de nossas lembranças, destacando certos acontecimentos e deixando outros em segundo plano.

Isso não deve conduzir à rejeição dos recursos digitais. Externalizar parte da memória pode liberar atenção para tarefas mais complexas, desde que se saiba distinguir aquilo que pode ser consultado daquilo que precisa ser compreendido. A questão, portanto, não é escolher entre lembrar e pesquisar, mas decidir conscientemente o que não podemos permitir que os aparelhos compreendam por nós.

Texto elaborado para este simulado.

1. A tese central desenvolvida pelo texto é a de que:

- a) os dispositivos digitais provocaram a perda progressiva e irreversível da memória humana.
- b) a transferência de informações para recursos externos modifica o funcionamento da memória e exige uso consciente da tecnologia.
- c) a memória transativa somente passou a existir depois da popularização da internet.
- d) a capacidade intelectual de uma pessoa depende da quantidade de informações que ela consegue memorizar.
- e) o funcionamento da memória permaneceu inalterado apesar da disseminação dos recursos digitais.

2. De acordo com o segundo parágrafo, a utilização de dispositivos digitais pode levar o indivíduo a:

- a) substituir a memorização de determinados conteúdos pela memorização dos meios de localizá-los.
- b) abandonar completamente o armazenamento de informações na memória.
- c) desenvolver a capacidade de compreender todas as informações pesquisadas.
- d) considerar desnecessário recordar onde as informações estão disponíveis.
- e) dispensar a memória de registrar tanto o conteúdo quanto o caminho necessário para acessá-lo.

3. No terceiro parágrafo, o exemplo dos grupos familiares tem a função de:

- a) demonstrar que a distribuição da memória entre diferentes recursos é uma prática exclusivamente tecnológica.
- b) comprovar que os dispositivos digitais eliminaram a necessidade de cooperação entre as pessoas.
- c) evidenciar que a memória transativa já existia antes dos atuais dispositivos digitais.
- d) defender que os documentos familiares devem ser armazenados apenas em meios físicos.
- e) sugerir que a memória dos integrantes de uma família se desenvolve de maneira uniforme.

4. A partir do quarto parágrafo, é possível inferir que:

- a) a rapidez na recuperação de uma informação garante sua assimilação.
- b) a facilidade de acesso pode produzir uma falsa sensação de conhecimento.
- c) o armazenamento de artigos é suficiente para ampliar o repertório intelectual.
- d) o esforço de memorização deve substituir todas as formas de consulta.
- e) o acesso imediato torna desnecessária a avaliação crítica das informações localizadas.

5. Segundo o quinto parágrafo, as plataformas digitais participam da reconstrução das lembranças porque:

- a) conservam todos os acontecimentos com o mesmo grau de destaque.
- b) impedem que os usuários armazenem conteúdos escolhidos por eles mesmos.
- c) selecionam os conteúdos que serão novamente apresentados aos usuários.
- d) apagam definitivamente as publicações que deixam de ser relevantes.
- e) registram as lembranças de maneira neutra, sem estabelecer qualquer hierarquia entre elas.

6. No último parágrafo, o autor:

- a) condena o uso dos recursos digitais como extensão da memória.
- b) propõe que somente informações complexas sejam armazenadas em aparelhos.
- c) conclui que pesquisar é sempre menos produtivo do que memorizar.
- d) defende um equilíbrio consciente entre a consulta externa e a compreensão pessoal.
- e) recomenda que a compreensão das informações mais complexas seja delegada aos aparelhos.

7. No trecho “Essa disponibilidade produz alívio, mas também cria dependência” (4º parágrafo), a expressão destacada introduz uma ideia de:

- a) oposição com valor de retificação.
- b) adição associada a contraste.
- c) conclusão decorrente da oração anterior.
- d) condição necessária para a ocorrência do alívio.
- e) explicação que apresenta a causa do alívio mencionado.

8. Considerando sua organização global, o texto é predominantemente:

- a) narrativo, pois relata cronologicamente o surgimento da memória humana.
- b) injuntivo, pois apresenta instruções para o uso de aplicativos.
- c) expositivo-argumentativo, pois explica um fenômeno e desenvolve uma avaliação sobre ele.
- d) descritivo, pois enumera as características físicas dos dispositivos digitais.
- e) dialogal, pois reproduz uma conversa entre usuários e pesquisadores.

9. No trecho “A disseminação dos dispositivos digitais, porém, tornou essa imagem menos precisa” (1º parágrafo), a palavra destacada poderia ser substituída, sem alteração relevante do sentido, por:

- a) portanto.
- b) inclusive.
- c) entretanto.
- d) porque.
- e) por conseguinte.

10. “Essa transferência não significa necessariamente que as pessoas estejam perdendo a capacidade de memorizar” (2º parágrafo). A oração destacada é subordinada:

- a) substantiva objetiva direta.
- b) substantiva subjetiva.
- c) adjetiva restritiva.
- d) adverbial consecutiva.
- e) substantiva completiva nominal.

11. No trecho “um sistema em que as informações são distribuídas entre diferentes pessoas ou recursos” (3º parágrafo), a expressão destacada poderia ser substituída, de acordo com a norma-padrão e sem alteração de sentido, por:

- a) o qual.
- b) no qual.
- c) cujo.
- d) do qual.
- e) pelo qual.

12. “Em grupos familiares, sempre foi comum que uma pessoa se lembrasse das datas importantes” (3º parágrafo). A oração destacada exerce a função sintática de:

- a) objeto direto.
- b) complemento nominal.

- c) sujeito.
- d) predicativo do sujeito.
- e) adjunto adverbial.

13. No trecho “a memória foi tratada como uma espécie de arquivo interno” (1º parágrafo), a locução verbal destacada constitui:

- a) voz ativa, com sujeito agente.
- b) voz passiva analítica, com sujeito paciente.
- c) voz reflexiva, em que o sujeito pratica e recebe a ação.
- d) voz passiva sintética, formada com pronome apassivador.
- e) voz ativa, com sujeito indeterminado.

14. No trecho “Externalizar parte da memória pode liberar atenção para tarefas mais complexas, desde que se saiba distinguir aquilo que pode ser consultado daquilo que precisa ser compreendido” (6º parágrafo), a oração destacada exprime:

- a) causa.
- b) conformidade.
- c) condição.
- d) consequência.
- e) concessão.

15. “A questão, portanto, não é escolher entre lembrar e pesquisar” (6º parágrafo). O emprego das vírgulas no isolamento do termo destacado justifica-se porque ele:

- a) exerce a função de vocativo.
- b) constitui uma conjunção conclusiva deslocada no interior da oração.
- c) introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- d) separa o sujeito do predicado da oração.
- e) assinala a elipse de um termo mencionado anteriormente.

**RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA
FINANCEIRA***Eduardo Mocellin*

16. No planejamento de uma ação fiscal, um auditor considerou as proposições simples p : "A nota fiscal eletrônica foi emitida", q : "O imposto foi recolhido no prazo" e r : "O contribuinte foi autuado". Analise as assertivas a seguir e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A proposição $(p \wedge q) \rightarrow \sim r$ é falsa quando p , q e r são verdadeiras.
- () A proposição $p \leftrightarrow (q \vee r)$ é verdadeira quando p , q e r são falsas.
- () A proposição $\sim p \vee (q \wedge r)$ é verdadeira quando p é verdadeira, q é falsa e r é verdadeira.
- () A proposição $(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r)$ é falsa quando p é falsa, q é verdadeira e r é falsa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) F, V, F, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, V, F, V.
- d) V, V, V, V.
- e) V, V, F, F.

17. Em um manual de orientação ao contribuinte, consta a seguinte afirmação:

Se o contribuinte apresentou a declaração e recolheu o tributo, então a certidão negativa foi emitida.

Uma afirmação logicamente equivalente à afirmação acima está indicada em:

- a) Se a certidão negativa não foi emitida, então o contribuinte não apresentou a declaração ou não recolheu o tributo.
- b) Se a certidão negativa não foi emitida, então o contribuinte não apresentou a declaração e não recolheu o tributo.
- c) Se o contribuinte não apresentou a declaração ou não recolheu o tributo, então a certidão negativa não foi emitida.

d) O contribuinte apresentou a declaração e recolheu o tributo, e a certidão negativa não foi emitida.

e) Se a certidão negativa foi emitida, então o contribuinte apresentou a declaração e recolheu o tributo.

18. Em uma operação de fiscalização, a Secretaria de Finanças de um município verificou, junto a 300 prestadores de serviço, o cumprimento de três obrigações acessórias: a escrituração fiscal digital, a declaração mensal de serviços e a emissão de nota fiscal eletrônica. O levantamento apontou que:

- 140 prestadores cumpriram a escrituração fiscal digital;
- 130 prestadores cumpriram a declaração mensal de serviços;
- 118 prestadores cumpriram a emissão de nota fiscal eletrônica;
- 62 prestadores cumpriram a escrituração fiscal digital e a declaração mensal de serviços;
- 55 prestadores cumpriram a escrituração fiscal digital e a emissão de nota fiscal eletrônica;
- 48 prestadores cumpriram a declaração mensal de serviços e a emissão de nota fiscal eletrônica;
- 24 prestadores cumpriram as três obrigações.

Com base nesses dados, o número de prestadores que cumpriram exatamente duas das três obrigações é:

- a) 93 prestadores.
- b) 117 prestadores.
- c) 130 prestadores.
- d) 165 prestadores.
- e) 189 prestadores.

19. Os termos da sequência numérica a seguir foram escritos segundo um determinado padrão lógico.

(7, 21, 18, 54, 51, 153, 150, ...)

Mantido esse padrão, o décimo termo dessa sequência é:

- a) 444.
- b) 447.
- c) 450.
- d) 1.338.
- e) 1.341.

20. O quadro a seguir apresenta a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) de um município, por setor de atividade e por trimestre, em R\$ mil. Três valores foram omitidos e estão indicados por um traço.

Setor	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	Total
Construção civil	420	385	—	510	1.780
Serviços de saúde	260	—	305	340	1.190
Instituições financeiras	—	470	495	530	1.930
Total	1.115	1.140	1.265	1.380	4.900

Com base nas informações do quadro, a soma do valor omitido da arrecadação das instituições financeiras no primeiro trimestre com o valor omitido da arrecadação da construção civil no terceiro trimestre é, em R\$ mil, igual a:

- a) 720.
- b) 750.
- c) 900.
- d) 1.160.
- e) 1.185.

21. Uma equipe composta por 12 servidores concluiria a conferência de todas as guias de recolhimento do ISS de determinado mês em 18 dias de trabalho. Antes do início da conferência, 4 servidores dessa equipe foram remanejados para outra atividade, e as guias passaram a ser conferidas apenas pelos servidores restantes, mantido o mesmo ritmo individual de trabalho.

Nessas condições, o número de dias a mais que a equipe levará para concluir a conferência das guias é:

- a) 6 dias.
- b) 9 dias.
- c) 12 dias.
- d) 27 dias.
- e) 36 dias.

22. Um contribuinte deixou de recolher, na data de vencimento, um tributo municipal no valor de R\$ 24.000,00. A legislação local prevê, para o pagamento em atraso, multa de 8% sobre o valor do tributo e juros de mora, no regime de capitalização simples, à taxa de 1,5% ao mês, incidentes sobre o valor do tributo e contados a partir do vencimento.

Sabendo que o débito foi quitado 4 meses e 20 dias após o vencimento, e considerando o mês comercial de 30 dias, o valor total pago pelo contribuinte foi de:

- a) R\$ 25.680,00.
- b) R\$ 25.920,00.
- c) R\$ 27.360,00.
- d) R\$ 27.600,00.
- e) R\$ 27.734,40.

23. A Secretaria de Finanças de um município aplicou R\$ 80.000,00, provenientes de arrecadação extraordinária, em um fundo que remunera à taxa nominal de 18% ao ano, com capitalização trimestral. O recurso permaneceu aplicado por 1 ano e 6 meses, sem novos aportes ou resgates.

Considerando $(1,045)^6 = 1,3023$ e $(1,03)^6 = 1,1941$, o montante obtido ao final do prazo foi de:

- a) R\$ 24.184,00.
- b) R\$ 94.400,00.
- c) R\$ 95.528,00.
- d) R\$ 101.600,00.
- e) R\$ 104.184,00.

24. A Secretaria de Finanças de um município aplicou os recursos de um fundo de reserva durante um ano, obtendo, no período, rendimento nominal de 11,3%. No mesmo intervalo, o índice oficial de preços acumulou alta de 5%.

Nessas condições, a taxa real de juros obtida pelo município nessa aplicação foi de:

- a) 5,66% ao ano.
- b) 6,00% ao ano.
- c) 6,30% ao ano.
- d) 10,76% ao ano.
- e) 16,87% ao ano.

25. Para financiar a modernização do sistema de arrecadação tributária, um município contratou um empréstimo de R\$ 720.000,00, a ser quitado em 36 prestações mensais pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de juros de 1,25% ao mês incidente sobre o saldo devedor.

O valor da vigésima prestação desse financiamento é:

- a) R\$ 4.250,00.
- b) R\$ 20.250,00.
- c) R\$ 24.000,00.
- d) R\$ 24.250,00.
- e) R\$ 29.000,00.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

26. No processo de desenvolvimento de um banco de dados, a equipe responsável elaborou diferentes níveis de representação dos dados para atender às necessidades do projeto. A etapa que define entidades, atributos e relacionamentos sem considerar detalhes de implementação no SGBD corresponde ao modelo:

- a) Físico, pois descreve diretamente estruturas de armazenamento, índices e particionamento de dados.
- b) Lógico, pois representa tabelas e chaves já adaptadas às características específicas do sistema gerenciador.
- c) Físico, pois transforma requisitos de negócio em comandos de criação do banco de dados.
- d) Conceitual, pois descreve os elementos do domínio e seus relacionamentos de forma independente da tecnologia utilizada.
- e) Lógico, pois elimina a necessidade de definição de regras de integridade e relacionamentos entre dados.

27. Durante a execução de uma operação bancária, um sistema precisa garantir que uma transferência de valor entre duas contas não resulte em débito em uma conta sem o correspondente crédito na outra. A propriedade ACID responsável por assegurar que todas as etapas de uma transação sejam concluídas integralmente ou que nenhuma delas seja aplicada é denominada:

- a) Atomicidade.
- b) Consistência.
- c) Isolamento.
- d) Durabilidade.
- e) Disponibilidade.

28. Na elaboração de um banco de dados para uma instituição de ensino, o analista identificou que um aluno pode realizar várias matrículas e que cada matrícula está associada a uma disciplina específica. No Modelo Entidade-Relacionamento (MER), essa representação é feita por meio de:

- a) Um atributo derivado, pois a matrícula pode ser calculada a partir dos dados do aluno.
- b) Uma entidade fraca, pois toda matrícula depende exclusivamente da existência do aluno.
- c) Um relacionamento entre entidades, pois representa uma associação entre elementos do domínio.
- d) Uma chave estrangeira, pois o MER utiliza diretamente estruturas do modelo relacional.
- e) Uma generalização, pois aluno e matrícula possuem características semelhantes.

29. Em um banco de dados relacional, uma tabela de Pedidos possui uma chave primária composta pelos atributos `id_pedido` e `id_produto`, pois um mesmo pedido pode conter vários itens. A tabela Clientes possui o atributo `id_cliente` como chave primária, e a tabela Pedidos armazena esse identificador para associar cada compra ao cliente responsável. Considerando a modelagem apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O atributo `id_cliente` em Pedidos deve ser definido como chave primária, pois cada cliente pode realizar apenas uma compra.
- b) A chave primária composta de Pedidos impede a criação de relacionamentos com outras tabelas, pois não permite o uso de chaves estrangeiras.
- c) O atributo `id_cliente` em Pedidos deve substituir a chave primária composta, pois chaves estrangeiras não podem coexistir com chaves primárias compostas.
- d) A utilização de `id_cliente` como chave estrangeira em Pedidos elimina a necessidade de manter a chave primária da tabela Clientes.
- e) O atributo `id_cliente` em Pedidos deve ser definido como chave estrangeira, mantendo a chave primária composta para identificar exclusivamente cada item de pedido.

30. Uma equipe de desenvolvimento identificou que uma tabela de Vendas armazenava repetidamente dados do cliente em cada registro de compra, como nome, endereço e telefone. Durante a revisão do modelo, decidiu-se reorganizar a estrutura para reduzir redundâncias e evitar inconsistências quando um dado do cliente fosse alterado. Essa decisão está relacionada ao processo de:

- a) Indexação, pois cria estruturas auxiliares para acelerar consultas e substituir dados duplicados.
- b) Normalização, pois reorganiza os dados em estruturas adequadas para reduzir redundância e anomalias de atualização.
- c) Desnormalização, pois separa atributos relacionados para aumentar a independência entre tabelas.
- d) Particionamento, pois distribui registros entre diferentes tabelas para eliminar dependências funcionais.
- e) Replicação, pois mantém cópias dos dados em estruturas distintas para garantir maior disponibilidade.

31. Um administrador de banco de dados recebeu a solicitação para alterar a estrutura de uma tabela de funcionários, corrigir informações cadastrais armazenadas e restringir o acesso de determinados usuários aos dados. Considerando as categorias de comandos SQL envolvidas nessas operações, assinale a alternativa correta.

- a) A alteração da estrutura da tabela deve ser realizada por comandos DML, pois modifica diretamente os registros existentes, enquanto a restrição de acesso pertence à DDL.
- b) A correção dos dados cadastrais deve ser feita por comandos DDL, pois qualquer alteração realizada em uma tabela exige a redefinição de sua estrutura.
- c) A concessão de permissões de acesso deve ser executada por comandos DML, pois usuários e dados fazem parte do mesmo controle lógico do banco.
- d) A alteração da estrutura da tabela, a correção dos registros e o controle de permissões devem ser realizados, respectivamente, por comandos DDL, DML e DCL.
- e) A alteração da estrutura da tabela e a correção dos registros pertencem à mesma categoria SQL, pois ambas modificam informações armazenadas no banco.

32. Uma organização está implementando uma arquitetura analítica e precisa definir quando utilizar um Data Warehouse ou um Data Lake. O Data Warehouse será utilizado para relatórios corporativos com dados estruturados e previamente modelados, enquanto o Data Lake armazenará dados de diferentes formatos para análises futuras. Considerando essas características, assinale a alternativa correta.

- a) O Data Warehouse utiliza abordagem schema-on-write, exigindo estruturação dos dados antes da carga, enquanto o Data Lake geralmente utiliza schema-on-read, permitindo armazenar dados brutos para posterior interpretação.

b) O Data Lake é mais indicado para relatórios operacionais tradicionais, pois exige que todos os dados estejam previamente tratados e organizados em modelos dimensionais.

c) O Data Warehouse e o Data Lake possuem a mesma finalidade, diferenciando-se apenas pela tecnologia de armazenamento utilizada, sem impacto na forma de tratamento dos dados.

d) O Data Warehouse armazena predominantemente dados brutos sem estrutura definida, enquanto o Data Lake depende obrigatoriamente de modelos relacionais e processos ETL rígidos.

e) O Data Lake substitui completamente o Data Warehouse, pois elimina a necessidade de modelagem de dados e garante maior qualidade das informações automaticamente.

33. Uma organização utiliza uma solução de Business Intelligence (BI) para consolidar dados de diferentes sistemas, criar indicadores de desempenho e apoiar gestores na tomada de decisão. Durante a implantação, a equipe definiu que os dados seriam tratados, integrados e apresentados em painéis analíticos para identificar tendências e apoiar ações estratégicas. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta.

a) O BI tem como principal objetivo substituir os sistemas transacionais, eliminando a necessidade de bancos de dados operacionais.

b) As ferramentas de BI atuam exclusivamente na coleta de dados, sem realizar tratamento, análise ou apresentação de informações.

c) O BI utiliza processos de integração, análise e visualização de dados para transformar dados brutos em informações úteis ao processo decisório.

d) O BI dispensa a definição de indicadores, pois os gestores devem analisar diretamente todos os dados armazenados nos sistemas de origem.

e) As soluções de BI são destinadas apenas ao armazenamento de grandes volumes de dados, não envolvendo recursos de análise ou apoio à decisão.

34. Uma instituição deseja analisar grandes volumes de dados históricos para identificar padrões de comportamento dos clientes e prever quais grupos apresentam maior probabilidade de aderir a determinado serviço. Para isso, utiliza técnicas capazes de encontrar relações, tendências e padrões não evidentes inicialmente. Considerando os conceitos de mineração de dados, assinale a alternativa correta.

- a) A mineração de dados consiste apenas na coleta e armazenamento de informações, sem realizar análises sobre os dados disponíveis.
- b) A mineração de dados utiliza técnicas analíticas, como classificação e agrupamento, para descobrir padrões e gerar conhecimento a partir de grandes conjuntos de dados.
- c) A mineração de dados substitui os bancos de dados transacionais, pois realiza diretamente o armazenamento e o processamento das operações diárias.
- d) A mineração de dados depende exclusivamente de dados estruturados em tabelas relacionais, não sendo aplicável a dados semiestruturados.
- e) A mineração de dados tem como objetivo principal eliminar dados duplicados, sendo equivalente aos processos de limpeza e qualidade de dados.

35. Uma empresa de varejo utiliza uma plataforma de Big Data e Analytics para analisar dados provenientes de vendas, redes sociais, dispositivos móveis e sensores de lojas físicas. A equipe deseja identificar padrões de consumo, realizar previsões e apoiar decisões estratégicas com base em grandes volumes de informações. Considerando as características dessas tecnologias, assinale a alternativa correta.

- a) Big Data limita-se ao armazenamento de grandes quantidades de dados estruturados em bancos relacionais tradicionais, sem envolver técnicas analíticas.
- b) Analytics em ambientes de Big Data tem como função exclusiva gerar relatórios descritivos sobre

eventos já ocorridos, sem realizar previsões ou análises avançadas.

- c) A principal característica do Big Data é substituir todos os sistemas de informação existentes, concentrando em uma única plataforma todas as operações organizacionais.
- d) Big Data envolve o processamento de grandes volumes, variedades e velocidades de dados, enquanto Analytics aplica técnicas para extrair informações e apoiar decisões a partir desses dados.
- e) Big Data e Analytics são conceitos equivalentes, pois ambos possuem como único objetivo armazenar dados para consultas posteriores.

36. Em uma aplicação que precisa armazenar grandes volumes de dados com estrutura variável e permitir alta escalabilidade horizontal, a equipe de arquitetura optou por utilizar um banco de dados NoSQL. Considerando as características desse modelo de banco de dados, assinale a alternativa correta.

- a) Bancos NoSQL utilizam exclusivamente o modelo relacional tradicional, com tabelas normalizadas e obrigatoriedade de esquema rígido definido previamente.
- b) Bancos NoSQL eliminam completamente a necessidade de consistência dos dados, pois não possuem mecanismos de controle de integridade.
- c) Bancos NoSQL são indicados apenas para pequenas aplicações, pois não oferecem recursos para distribuição de dados entre servidores.
- d) Bancos NoSQL possuem como principal objetivo substituir todos os bancos relacionais, independentemente dos requisitos da aplicação.
- e) Bancos NoSQL oferecem diferentes modelos de armazenamento, como documentos, chave-valor, colunas largas e grafos, sendo adequados a cenários que exigem flexibilidade de esquema e escalabilidade.

37. Em uma organização, a equipe de segurança da informação definiu que cada colaborador deve acessar apenas os recursos necessários para executar suas atividades, evitando permissões excessivas que possam aumentar o risco de exposição de dados. Essa prática está relacionada ao princípio de:

- a) Disponibilidade, pois garante que todos os usuários consigam acessar o máximo possível de recursos.
- b) Princípio do menor privilégio, pois restringe os acessos aos recursos estritamente necessários para cada usuário.
- c) Autenticação multifator, pois valida a identidade do usuário por diferentes mecanismos antes do acesso.
- d) Não repúdio, pois impede que um usuário negue a realização de uma ação no sistema.
- e) Criptografia, pois transforma informações sensíveis em dados protegidos contra leitura indevida.

LCPD

Antônio Daud

38. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), considera-se dado pessoal sensível:

- a) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por permitir a identificação inequívoca de seu titular.
- b) o dado relativo à movimentação financeira ou bancária da pessoa natural, a exemplo dos PIX realizados.
- c) o dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política ou à vida sexual da pessoa natural.
- d) o dado relativo a pessoa jurídica de direito privado, quando apto a revelar sua estratégia comercial.
- e) o dado anonimizado sobre saúde de pessoas físicas, uma vez que a perda do vínculo com o titular exige proteção reforçada.

39. No que se refere ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, é correto afirmar, com base na Lei nº 13.709/2018, que:

- a) o tratamento realizado por órgãos públicos depende, em qualquer hipótese, do consentimento prévio e expresso do titular dos dados.
- b) deve ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com fornecimento de informações claras e atualizadas sobre a previsão legal e a finalidade do tratamento.
- c) é vedado ao Poder Público qualquer compartilhamento de dados pessoais com entidades privadas.
- d) a indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais é facultativa para as pessoas jurídicas de direito público.
- e) os dados pessoais sensíveis não podem, em nenhuma hipótese, ser tratados por órgãos e entidades públicas.

40. Determinado cidadão, insatisfeito com os serviços de certa empresa, pretende transferir suas informações pessoais a fornecedor concorrente e obter outras providências quanto aos dados que lhe dizem respeito. Considerando os direitos do titular de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- a) O titular tem direito à portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, observados os segredos comercial e industrial.
- b) O titular tem direito à eliminação imediata de todos os seus dados, inclusive daqueles cuja conservação decorra do cumprimento de obrigação legal pelo controlador.
- c) A revogação do consentimento pelo titular é vedada após o início do tratamento dos dados.
- d) O titular tem direito à indenização automática sempre que seus dados forem compartilhados, independentemente da demonstração de dano.
- e) O direito de correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados depende de decisão judicial prévia.

CADERNO 2 - JURÍDICO (MANHÃ)**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

41. No exercício das atividades de fiscalização tributária, a Administração Pública pratica diversos atos administrativos para assegurar o cumprimento das obrigações fiscais. A respeito dos atributos e das espécies dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A imperatividade é um atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive nos atos enunciativos e negociais, impondo obrigações a terceiros independentemente de sua concordância.
- b) A presunção de legitimidade e veracidade atribuída aos atos administrativos é de natureza absoluta (*jure et de jure*), impedindo que o administrado produza prova em contrário na via administrativa ou judicial.
- c) A autoexecutoriedade permite que a Administração Pública execute diretamente suas decisões por meios próprios, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário, nas hipóteses previstas em lei ou em situações de urgência.
- d) A tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser criado livremente pela autoridade competente, sem a necessidade de prévia previsão em lei formal.
- e) O auto de infração lavrado por fiscal tributário enquadra-se como ato punitivo desprovido de presunção de veracidade até a confirmação por decisão judicial transitada em julgado.

42. Uma servidora pública federal, insatisfeita com o teor de determinada certidão funcional emitida pelo setor de recursos humanos, protocolou um pedido administrativo pleiteando a modificação imediata do teor do documento. Após a instrução do feito, a autoridade superior constatou que a certidão continha, de fato, um erro material sanável na indicação do tempo de serviço, o qual não acarretava lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Com base nas normas de invalidação e saneamento dos atos administrativos estabelecidas na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade competente tem o dever de decretar a anulação do ato, com efeitos retroativos, independentemente da gravidade ou da natureza sanável do defeito apresentado pela certidão.
- b) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- c) A revogação da certidão administrativa é a medida jurídica impositiva e adequada ao caso, cujos efeitos operam-se de forma retroativa à data da emissão original do documento.
- d) O direito da Administração de rever a legalidade da certidão e anular o ato de que decorram efeitos favoráveis para a servidora decai em dez anos, contados da data da juntada do requerimento aos autos.
- e) A invalidação por motivo de conveniência e oportunidade pode ser realizada a qualquer tempo pelo Poder Judiciário, desde que provocado pela servidora interessada.

43. O poder de polícia administrativa expressa a prerrogativa do Poder Público de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, direitos e atividades individuais em benefício da coletividade. Acerca do conceito, dos atributos, do ciclo e do entendimento jurisprudencial pertinente ao poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) O poder de polícia distingue-se do poder disciplinar por pressupor a existência de um vínculo jurídico prévio e específico entre o particular e a Administração Pública.
- b) A ordem de polícia, por constituir a fixação de limites e condicionamentos mediante legislação, pode ser livremente delegada a empresas privadas concessionárias de serviços públicos.
- c) A autoexecutoriedade é um atributo presente na totalidade dos atos decorrentes do poder de polícia, autorizando a cobrança forçada e direta de multas financeiras pela Administração sem necessidade de ação judicial.
- d) É constitucional a delegação das fases de consentimento, fiscalização e aplicação de sanções do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado da Administração Indireta que prestem exclusivamente serviço público em regime não concorrencial.
- e) A pretensão punitiva da Administração Pública no exercício do poder de polícia contra infrações administrativas prescreve no prazo de dez anos, contados da data do fato.

44. No exercício do controle da atividade administrativa, a Administração Pública deve observar os princípios fundamentais do regime jurídico-administrativo, com destaque para a autotutela, a razoabilidade e a proporcionalidade. Sobre a aplicação desses princípios, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da autotutela autoriza a Administração Pública a revogar atos administrativos eivados de vícios de legalidade, produzindo efeitos retroativos (ex tunc).
- b) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos discricionários da Administração permite que o juiz revogue atos válidos com base na reavaliação de critérios estritos de conveniência e oportunidade administrativa.
- d) Pelo princípio da proporcionalidade, admite-se que a Administração Pública imponha aos particulares sanções e restrições intensas que ultrapassem os limites necessários à satisfação do interesse público, desde que visem a coibir preventivamente futuras infrações.
- e) O princípio da autotutela atribui à Administração o poder absoluto e irrestrito de anular atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários a qualquer tempo, sendo descabida a incidência de prazo decadencial.

45. No que concerne à responsabilidade civil do Estado, o ordenamento jurídico brasileiro adota, como regra geral para a conduta comissiva de seus agentes, a teoria do risco administrativo. Com base nos preceitos constitucionais e no entendimento pacificado dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A responsabilidade civil objetiva das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público é de natureza absoluta, sendo vedada a alegação de culpa exclusiva da vítima como hipótese excludente do nexo causal.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o lesado por ato administrativo deve ajuizar a ação de indenização por danos materiais ou morais diretamente contra o agente público causador do dano, figurando o Estado apenas como litisconsorte facultativo.
- d) O direito de regresso do Estado contra o agente público que agiu com culpa ou dolo prescreve simultaneamente com a ação principal de reparação de danos movida pela vítima.
- e) É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral decorrentes do mesmo fato gerador apenas quando estes forem liquidados em processos judiciais autônomos e distintos.

46. A estruturação da Administração Pública baseia-se nos conceitos fundamentais de centralização, descentralização e desconcentração, definindo a distribuição de competências entre entidades e órgãos. A respeito da organização administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A desconcentração administrativa ocorre quando o Estado cria uma nova pessoa jurídica de direito público e transfere a ela, por meio de lei específica, a titularidade e a execução de determinado serviço público.
- b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesta última hipótese, definir as áreas de atuação.
- c) Entre os órgãos da Administração Direta e as autarquias integrantes da Administração Indireta existe uma estrita relação de subordinação hierárquica funcional, legitimando o poder de comando pleno do ministério supervisor.
- d) As autarquias qualificadas como agências executivas recebem essa titulação mediante lei específica, que estabelece autonomamente um regime jurídico de licitação sem limites pecuniários para dispensa de certame.
- e) A Câmara de Vereadores, na qualidade de órgão representativo da Administração Direta, possui personalidade jurídica própria e irrestrita, o que a legitima a demandar em juízo sobre qualquer matéria patrimonial do município.

47. No âmbito da Administração Pública, os poderes hierárquico e disciplinar instrumentalizam a atuação dos agentes públicos na organização interna e na repressão de ilícitos funcionais. A respeito do alcance, da correlação e das distinções entre esses dois poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O poder disciplinar vincula-se ao poder hierárquico de forma absoluta, reduzindo-se um ao outro, dado que ambos possuem exatamente a mesma abrangência subjetiva e objetiva.
- b) O poder hierárquico é o fundamento imediato e exclusivo utilizado pela Administração Pública para a aplicação de penalidades contratuais a particulares contratados que descumpram obrigações com o poder público.
- c) Pelo poder hierárquico, os subordinados vinculam-se estritamente às determinações de seus superiores, cabendo-lhes cumprir integralmente as ordens recebidas, inclusive quando estas forem manifestamente ilegais.
- d) O poder disciplinar é caracterizado como um poder-dever de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
- e) O exercício da competência punitiva da Administração Pública decorrente do poder disciplinar prescinde da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, desde que a materialidade da infração funcional esteja comprovada por meio de relatório de auditoria interna.

48. O processo administrativo constitui o instrumento formal pelo qual a Administração Pública manifesta sua vontade, devendo observância estrita aos princípios constitucionais e legais que asseguram os direitos dos administrados. A respeito das garantias do contraditório, da ampla defesa e da legalidade no processo administrativo federal, assinale a alternativa correta:

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar gera a nulidade absoluta do feito, por configurar afronta direta à garantia constitucional da ampla defesa.
- b) A exigência de garantia de instância ou depósito prévio do valor do débito constitui requisito legítimo e obrigatório para a admissibilidade do recurso administrativo.
- c) É permitida a cobrança generalizada de despesas processuais em qualquer processo administrativo, visando ao ressarcimento dos custos materiais da repartição pública.
- d) Diante de uma nova interpretação dada pela Administração Pública a uma norma administrativa, admite-se a sua aplicação retroativa aos processos já decididos para readequar as penalidades anteriormente aplicadas.
- e) Nos processos administrativos de que possam resultar sanções e em matéria de litígio, é assegurada ao administrado a garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos.

49. A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, estabelecendo diretrizes, procedimentos e prazos para a transparência e a salvaguarda de dados pela Administração Pública. Com base nas disposições expressas da referida legislação, assinale a alternativa correta:

- a) O acesso à informação pública constitui exceção no ordenamento jurídico brasileiro, aplicando-se o sigilo como preceito geral aos atos, procedimentos e documentos processados pelo Poder Público.
- b) O serviço de busca e fornecimento de informação é sempre remunerado, exigindo-se em qualquer hipótese o pagamento prévio de taxa para cobrir os custos operacionais da repartição pública.
- c) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observadas as suas especificidades e conforme a classificação adotada, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, cujos prazos máximos de restrição de acesso são, respectivamente, de vinte e cinco, quinze e cinco anos.
- d) Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação solicitada, o órgão público terá o prazo improrrogável de trinta dias para responder ao requerimento do cidadão.
- e) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem pelo prazo máximo de cinquenta anos a contar de sua produção.

50. A respeito do regime constitucional dos agentes públicos, do teto remuneratório e do entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório constitucional deve incidir sobre a remuneração de cada um dos cargos considerados isoladamente, e não sobre o somatório dos ganhos do servidor.

b) A vedação ao nepotismo atinge de forma irrestrita e automática a nomeação de parentes até o terceiro grau para cargos de natureza política, como o de Secretário Municipal, independentemente de análise de qualificação técnica ou fraude.

c) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, visando a acompanhar automaticamente os reajustes do salário mínimo.

d) A vedação de acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública aplica-se de forma genérica, não admitindo exceções para cargos eletivos ou comissionados.

e) O servidor público investido no mandato de Vereador será obrigatoriamente afastado do seu cargo público, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários na localidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Considerando as classificações tradicionalmente adotadas pela doutrina constitucional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como

- a) material, não escrita, histórica, promulgada, sintética e flexível.
- b) formal, escrita, dogmática, promulgada, analítica e rígida.
- c) formal, escrita, histórica, outorgada, analítica e semirrígida.
- d) material, costumeira, dogmática, cesarista, sintética e imutável.
- e) formal, não escrita, histórica, pactuada, dirigente e flexível.

52. A Constituição Federal estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Segundo a classificação de José Afonso da Silva, essa norma constitucional possui eficácia

- a) plena, porque produz todos os seus efeitos independentemente de regulamentação.
- b) limitada programática, pois apenas estabelece um objetivo para o legislador.
- c) contida, porque é imediatamente aplicável, mas admite restrição legislativa.
- d) limitada institutiva, por depender da criação de órgãos e procedimentos próprios.
- e) absoluta, não podendo sofrer restrições nem mesmo por emenda constitucional.

53. Após uma ruptura institucional, uma assembleia é convocada para elaborar nova Constituição, substituindo integralmente a ordem constitucional anterior. À luz da teoria do poder constituinte, assinale a alternativa correta.

- a) A assembleia é titular do poder constituinte originário, enquanto o povo exerce esse poder indiretamente.
- b) O poder constituinte originário deve observar as cláusulas pétreas estabelecidas pela Constituição anterior.
- c) A nova Constituição não pode atingir direitos adquiridos consolidados sob a ordem constitucional revogada.
- d) O poder constituinte originário é inicial, autônomo e juridicamente incondicionado.
- e) O poder constituinte originário é um poder jurídico derivado da Constituição anterior, embora possa substituir as instituições nela estabelecidas.

54. O Município de Guarulhos instituiu programa de incentivo econômico destinado prioritariamente a regiões com menor desenvolvimento e maior vulnerabilidade social. Ao justificar a medida, a Administração afirmou que a atuação estatal deve contribuir para a diminuição das desigualdades existentes entre diferentes áreas do território. Essa finalidade encontra fundamento constitucional direto

- a) na cidadania, fundamento da República Federativa do Brasil.
- b) no objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) na prevalência dos direitos humanos, princípio das relações internacionais.
- d) nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, que afastam qualquer intervenção estatal destinada a corrigir desigualdades econômicas.
- e) no pluralismo político, que impõe tratamento econômico diferenciado conforme a orientação ideológica predominante em cada região.

55. Determinada lei ordinária foi validamente editada antes da Constituição Federal de 1988. Seu conteúdo é materialmente compatível com a nova ordem constitucional, mas a Constituição passou a exigir lei complementar para disciplinar a matéria. Nessa situação, é correto afirmar que a lei anterior

- a) foi automaticamente revogada, pois a alteração da espécie normativa impede sua permanência no ordenamento jurídico.
- b) tornou-se formalmente inconstitucional, podendo ser impugnada por ação direta de inconstitucionalidade.
- c) somente poderia permanecer em vigor se fosse novamente aprovada pelo Congresso Nacional como lei complementar.
- d) foi recepcionada como lei ordinária, mas poderá ser revogada por outra lei ordinária posterior.
- e) foi recepcionada com força de lei complementar, desde que materialmente compatível com a nova Constituição.

56. Sobre a liberdade de associação, assinale a alternativa correta

- a) A dissolução compulsória exige decisão judicial transitada em julgado.
- b) A criação de associações depende de autorização prévia do Poder Público.
- c) A suspensão das atividades associativas somente pode ocorrer após o trânsito em julgado da decisão judicial.
- d) As associações podem representar seus filiados judicialmente, ainda que não tenham autorização expressa ou previsão estatutária.
- e) A liberdade de associação abrange entidades paramilitares, desde que constituídas para fins formalmente lícitos.

57. Sobre a competência legislativa concorrente, assinale a alternativa correta.

- a) A União e os Municípios podem editar normas gerais sobre todas as matérias concorrentes.
- b) A competência da União para editar normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercem competência legislativa plena.
- d) A superveniência de lei federal revoga integralmente a lei estadual anteriormente editada.
- e) Os Municípios participam expressamente da competência concorrente prevista no art. 24 da Constituição Federal.

58. Sobre o processo legislativo das emendas à Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A proposta rejeitada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa.
- b) A emenda constitucional depende de sanção do Presidente da República.
- c) A proposta deve ser aprovada, em cada Casa, por maioria absoluta, em dois turnos.

d) A Constituição pode ser emendada durante intervenção federal, desde que a proposta não trate da organização federativa.

e) A iniciativa popular para apresentação de proposta de emenda está expressamente prevista no art. 60 da Constituição Federal.

59. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa correta

- a) A União pode instituir isenções de tributos pertencentes aos Estados e aos Municípios.
- b) A imunidade recíproca alcança taxas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- c) A anterioridade anual aplica-se ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- d) É vedado utilizar tributo com efeito de confisco.
- e) A capacidade contributiva deve ser observada obrigatoriamente em todas as espécies tributárias.

60. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa correta

- a) Somente pode ter por objeto leis e atos normativos federais posteriores à Constituição Federal de 1988.
- b) Possui caráter subsidiário, sendo incabível quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- c) Pode ser proposta por qualquer pessoa diretamente prejudicada pelo ato do Poder Público questionado.
- d) Destina-se exclusivamente à impugnação de omissões legislativas que inviabilizem direitos constitucionais.
- e) Admite como parâmetro qualquer norma constitucional, independentemente de sua natureza fundamental.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fábio Dutra*

61. Sobre a solidariedade tributária e seus efeitos, conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A solidariedade tributária pode decorrer de interesse comum entre as pessoas na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, hipótese denominada pela doutrina de solidariedade de fato ou natural.
- b) A solidariedade tributária não comporta benefício de ordem, podendo o Fisco exigir o cumprimento integral da obrigação de qualquer dos devedores solidários, independentemente de prévia cobrança do contribuinte originário.
- c) A isenção ou remissão concedida pessoalmente a um dos devedores solidários exonera todos os demais, de modo que nenhum deles subsiste obrigado ao pagamento do crédito tributário.
- d) O pagamento efetuado por um dos devedores solidários aproveita aos demais, extinguindo a obrigação tributária para todos os coobrigados.
- e) A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos devedores solidários favorece ou prejudica os demais, como corolário da unidade da obrigação solidária.

62. Analise os itens a seguir sobre modalidades de lançamento tributário, conforme o Código Tributário Nacional:

- I. No lançamento por homologação, o pagamento antecipado pelo sujeito passivo extingue definitivamente o crédito tributário no momento em que é efetuado, independentemente de ato posterior da autoridade administrativa.
- II. Tributos como IPTU e IPVA são exemplos clássicos de lançamento de ofício, modalidade em que a autoridade apura o crédito sem a participação do sujeito passivo.
- III. A retificação da declaração, por iniciativa do próprio declarante, visando a reduzir ou excluir tributo, somente é admissível mediante

comprovação do erro em que se funde, e desde que efetuada antes de notificado o lançamento.

IV. O prazo para a autoridade promover a homologação expressa, na ausência de fixação legal, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

63. Em relação à responsabilidade tributária de terceiros e por sucessão, conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Os diretores e gerentes de pessoas jurídicas de direito privado respondem subsidiariamente pelos créditos tributários correspondentes a obrigações tributárias da empresa, ainda que não tenham agido com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto.
- b) Na alienação em hasta pública, em processo de falência, o adquirente do estabelecimento comercial responde pelos tributos devidos pelo estabelecimento adquirido, salvo se o adquirente for sócio da sociedade falida.
- c) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha, enquanto os sucessores a qualquer título respondem pelos tributos cujo fato gerador tenha ocorrido após a abertura da sucessão.
- d) A pessoa jurídica resultante de cisão total de outra pessoa jurídica não é responsável pelos tributos devidos pela pessoa jurídica cindida até a data do ato, por ausência de previsão legal expressa no Código Tributário Nacional.
- e) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem os terceiros indicados no Código Tributário Nacional, sendo sua responsabilidade, em matéria de penalidades, limitada às de caráter moratório.

64. Julgue as afirmações a seguir sobre decadência e prescrição tributárias, atribuindo (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e marque a alternativa que corresponde à sequência correta:

- () O prazo decadencial para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário relativo a tributos lançados por homologação, quando o sujeito passivo não efetua o pagamento nem entrega declaração, conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- () A prescrição da ação para cobrança do crédito tributário, após sua constituição definitiva, interrompe-se pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal, pelo protesto judicial ou extrajudicial e por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor.
- () Tanto a decadência quanto a prescrição tributárias são causas de extinção do crédito tributário, e o contribuinte que paga espontaneamente crédito já atingido pela decadência não tem direito à restituição, pois a extinção pela decadência não é definitiva.
- () O prazo para a Fazenda promover a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário, sendo que, nos tributos lançados por homologação, o termo inicial da prescrição é a data do vencimento ou a data da entrega da declaração, se esta for posterior ao vencimento.

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, V, F.
- c) V, V, F, F.
- d) F, V, V, V.
- e) V, F, F, V.

65. A respeito da denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia espontânea, para ter o efeito de afastar a responsabilidade por infrações, exige que o sujeito passivo confesse a infração e efetue o pagamento integral do tributo devido acompanhado dos juros de mora, antes de qualquer procedimento administrativo fiscal relacionado à infração.
- b) A denúncia espontânea afasta exclusivamente as multas de caráter punitivo, permanecendo devida a multa moratória em razão do simples atraso no recolhimento do tributo.
- c) O parcelamento do débito tributário, quando solicitado espontaneamente pelo contribuinte antes de qualquer procedimento fiscal, equivale a pagamento para fins de configuração da denúncia espontânea e afasta todas as multas.
- d) A denúncia espontânea se aplica ao ICMS declarado regularmente pelo contribuinte, mas recolhido a destempo, desde que o pagamento em atraso seja realizado antes da lavratura do auto de infração.
- e) A multa pelo atraso na entrega de declaração de imposto de renda, sendo obrigação acessória autônoma, é afastada pela denúncia espontânea quando o sujeito passivo entrega a declaração e paga o tributo com juros de mora antes de qualquer procedimento fiscal.

66. Acerca da exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não alcançando os atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, nem aqueles praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.
- b) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observada a anterioridade aplicável ao tributo.
- c) A exclusão do crédito tributário pela isenção ou pela anistia não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.
- d) A anistia pode ser concedida em caráter geral ou limitadamente, exceto quanto às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, mesmo que previsto expressamente na lei concessiva.
- e) A remissão não é modalidade de exclusão do crédito tributário, mas sim de extinção.

67. A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, especificamente sobre o princípio da anterioridade e suas exceções, assinale a alternativa correta:

- a) A norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade anual, não podendo produzir efeitos no mesmo exercício financeiro em que for publicada.
- b) O Imposto sobre Produtos Industrializados constitui exceção tanto ao princípio da anterioridade anual quanto ao princípio da anterioridade nonagesimal, podendo ter suas alíquotas majoradas e cobradas imediatamente.
- c) A redução ou supressão de benefício fiscal que resulte em majoração indireta de tributo sujeita-se ao princípio da anterioridade tributária, geral e

nonagesimal, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo, conforme tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal.

- d) A base de cálculo do IPTU e a base de cálculo do IPVA submetem-se integralmente ao princípio da anterioridade nonagesimal, podendo ser atualizadas apenas com observância dos noventa dias exigidos pela Constituição Federal.
- e) A medida provisória que institui ou majora imposto produzirá efeitos no mesmo exercício financeiro em que for editada, desde que convertida em lei até o último dia desse exercício, ressalvados o II, IE, IPI, IOF e o IEG.

68. Sobre a integração e a interpretação da legislação tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- b) O emprego da analogia na integração da legislação tributária é vedado quando resultar na exigência de tributo não previsto em lei, em homenagem ao princípio da legalidade.
- c) A legislação tributária que defina isenção deve ser interpretada de forma extensiva, de modo a assegurar efetividade ao interesse político.
- d) Na dúvida quanto à capitulação legal do fato ou quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, à natureza ou extensão dos seus efeitos e à autoria, imputabilidade ou punibilidade do ato, a legislação tributária que define infrações e penalidades deve ser interpretada de modo mais favorável ao acusado.
- e) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

69. Sobre a administração tributária e o poder de fiscalização, com base no Código Tributário Nacional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade administrativa que examina livros e documentos de contribuinte imune ou isento pratica ato ilegal, uma vez que o Código Tributário Nacional restringe o poder de fiscalização às pessoas que sejam sujeitos passivos de obrigações tributárias exigíveis.
- b) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pelo prazo de dez anos, findo o qual poderão ser destruídos, independentemente de eventual processo judicial ou administrativo em curso.
- c) Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as autoridades fiscais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não podem requisitar às instituições financeiras informações protegidas pelo sigilo bancário dos contribuintes, competência essa restrita à Receita Federal do Brasil.
- d) A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e fornecida dentro de vinte dias da data da entrada do requerimento na repartição fiscal.
- e) A administração tributária pode divulgar informações referentes à concessão de parcelamento.

70. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O rol de garantias atribuídas ao crédito tributário pelo Código Tributário Nacional é taxativo, vedando que lei ordinária de cada ente federado estabeleça garantias adicionais em razão das características de cada tributo.
- b) A presunção de fraude na alienação de bens por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública opera-se com a constituição definitiva do crédito tributário.
- c) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos, excluindo qualquer responsabilidade criminal ou funcional.
- d) A certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou créditos com exigibilidade suspensa, tem os mesmos efeitos da certidão negativa.
- e) A totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo responde pelo pagamento do crédito tributário, excepcionando-se os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade constituída antes da inscrição do crédito em dívida ativa.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

71. Determinada sociedade empresária celebrou contrato de trespasse com outra sociedade, alienando-lhe o estabelecimento no qual explorava o comércio de materiais de construção. O contrato foi averbado à margem da inscrição da alienante no Registro Público de Empresas Mercantis e publicado na imprensa oficial. Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O adquirente responde pelo pagamento de todos os débitos anteriores à transferência, ainda que não regularmente contabilizados, ficando o alienante liberado de qualquer responsabilidade desde a averbação do contrato.
- b) Não havendo autorização expressa, o alienante não poderá fazer concorrência ao adquirente nos dois anos subsequentes à transferência, regra que não se aplica às hipóteses de arrendamento ou usufruto do estabelecimento.
- c) A transferência do estabelecimento não importa sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, ainda que desprovidos de caráter pessoal, salvo cláusula expressa que a preveja.
- d) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- e) Quanto aos créditos cedidos juntamente com o estabelecimento, o devedor que, após a publicação da transferência, pagar de boa-fé ao alienante não se exonera da obrigação, devendo realizar novo pagamento ao adquirente.

72. No que se refere à sociedade em conta de participação, disciplinada pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Sem prejuízo do direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, o sócio participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder solidariamente com este pelas obrigações em que intervier.
- b) A constituição da sociedade depende de instrumento escrito, levado ao Registro Público de Empresas Mercantis, admitindo-se, na sua falta, a prova de sua existência exclusivamente por documento escrito comum aos sócios.
- c) A inscrição do instrumento contratual em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade, que passa, a partir de então, a responder diretamente pelas obrigações contraídas no exercício do objeto social.
- d) A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito com privilégio geral em favor do sócio participante.
- e) A atividade constitutiva do objeto social é exercida conjuntamente pelo sócio ostensivo e pelo sócio participante, que se obrigam perante terceiros na proporção de suas contribuições ao patrimônio especial.

73. No tocante às deliberações dos sócios na sociedade limitada, considerado o regime vigente do Código Civil e inexistindo cláusula contratual que disponha de modo diverso, assinale a alternativa correta.

- a) A modificação do contrato social depende, no mínimo, dos votos correspondentes a três quartos do capital social.
- b) Enquanto o capital social não estiver integralizado, a designação de administrador não sócio depende da aprovação da unanimidade dos sócios.
- c) Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato social, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a, no mínimo, dois terços do capital social, vedada disposição contratual em sentido diverso.
- d) A aprovação das contas da administração depende dos votos correspondentes a mais da metade do capital social, por se tratar de matéria sujeita a deliberação dos sócios expressamente arrolada no art. 1.071 do Código Civil.
- e) Após a integralização do capital social, a designação de administrador não sócio depende da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social.

74. Em determinada companhia, um acionista titular de ações que representam menos da metade do capital social total assegura para si, de modo permanente, em razão da grande quantidade de ações preferenciais sem direito a voto emitidas pela sociedade, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, bem como o poder de eleger a maioria dos administradores. À luz da Lei nº 6.404/76, assinale a alternativa correta.

- a) O acionista não poderá ser considerado controlador, pois a caracterização do controle pressupõe a titularidade de ações representativas de mais da metade do capital social da companhia.

b) O acionista somente será considerado controlador se, além da titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores, usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

c) A posição de acionista controlador é privativa de acionista singular, pessoa natural ou jurídica, não se admitindo o enquadramento de grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto.

d) A obtenção da maioria dos votos em deliberação isolada da assembleia geral é suficiente para caracterizar o acionista como controlador, sendo irrelevante o caráter permanente dessa preponderância.

e) Caracterizado o controle, o acionista controlador pode exercer o poder no seu exclusivo interesse, não lhe impondo a lei deveres para com os demais acionistas, os trabalhadores ou a comunidade.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

75. A imputabilidade penal consiste na aptidão psíquica do agente para compreender o caráter ilícito de sua conduta e para agir conforme esse entendimento no momento da prática do fato.

À luz do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) a legítima defesa e a coação moral irresistível excluem a imputabilidade penal
- b) a obediência hierárquica e o estado de necessidade constituem causas de exclusão da imputabilidade penal
- c) a doença mental sempre afasta a imputabilidade penal, tendo o Código Penal adotado o critério puramente psicológico
- d) a embriaguez voluntária, involuntária ou acidental jamais exclui a imputabilidade penal
- e) a menoridade penal e a embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior podem afastar a imputabilidade penal

76. Marcelo, servidor efetivo da Secretaria de Finanças do Município de Guarulhos, responsável pela guarda de equipamentos eletrônicos pertencentes à repartição, deixou de trancar adequadamente o almoxarifado ao término do expediente. Aproveitando-se da situação, Carlos, também servidor público, subtraiu um notebook institucional avaliado em R\$ 4.200,00 para uso particular.

Após o recebimento da denúncia, mas antes do trânsito em julgado da condenação, Marcelo promoveu o ressarcimento integral do prejuízo causado ao erário.

Nessa situação, de acordo com o Código Penal, a conduta de Marcelo:

- a) configura peculato-furto, incidindo apenas circunstância atenuante em razão da reparação do dano.
- b) caracteriza corrupção passiva privilegiada, com redução obrigatória da pena em razão do ressarcimento.
- c) configura peculato culposos, sendo extinta sua punibilidade porque a reparação do dano ocorreu antes da sentença irreversível.
- d) é atípica em razão da reparação do dano e da reduzida ofensividade da conduta.
- e) configura peculato culposos, sendo aplicável apenas a redução da pena pela metade.

77. Patrícia, fiscal tributária municipal, recebeu de um contribuinte identificado como Juarez a promessa de pagamento de R\$ 25.000,00 para deixar de juntar aos autos de procedimento fiscal determinados documentos que evidenciavam infrações tributárias.

Patrícia aceitou a promessa e efetivamente suprimiu os documentos do procedimento administrativo, prejudicando a apuração dos fatos. Posteriormente, o contribuinte não realizou o pagamento prometido.

Nesse caso, é correto afirmar que Patrícia e o contribuinte praticaram, respectivamente, os crimes de:

- a) corrupção passiva consumada, sem causa de aumento, e corrupção ativa tentada, sem causa de aumento
- b) corrupção passiva consumada, com causa de aumento, e corrupção ativa consumada, sem causa de aumento
- c) corrupção passiva tentada e corrupção ativa tentada
- d) corrupção passiva tentada e corrupção ativa consumada
- e) corrupção passiva consumada, majorada em um terço, e corrupção ativa consumada, majorada em um terço

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

78. No que se refere à classificação e ao regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar que:

- a) os bens dominicais são necessariamente destinados à prestação de serviços públicos.
- b) os bens de uso comum podem ser alienados enquanto conservarem sua qualificação.
- c) os bens públicos dominicais podem ser adquiridos por usucapião.
- d) os bens de uso especial incluem os destinados a estabelecimentos públicos.
- e) os bens pertencentes às autarquias possuem natureza particular.

79. Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta.

- a) Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo entre as partes.
- b) A prescrição consumada pode ser renunciada, sem prejuízo de terceiro.
- c) A interrupção da prescrição pode ocorrer sucessivamente enquanto persistir a obrigação.
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra seu sucessor.
- e) A exceção prescreve em prazo próprio, independentemente da pretensão a que se relaciona.

80. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) A insolvência da pessoa jurídica permite alcançar os bens dos sócios e administradores, ainda que não tenha sido demonstrado abuso da autonomia patrimonial.
- b) A desconsideração extingue a pessoa jurídica e invalida seus atos constitutivos.
- c) O desvio de finalidade exige vantagem econômica para os sócios.
- d) A formação de grupo econômico autoriza, por si só, a responsabilização das sociedades integrantes.
- e) O pagamento reiterado de dívidas do sócio pode caracterizar confusão patrimonial.

CADERNO 3 - TRIBUTÁRIO (TARDE)

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Bruno Langoni

81. A rede de postos “Abastece Bem” explora três revendas de gasolina, etanol e óleo diesel no eixo da Rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos.

Um consultor sustenta que o Município poderia, desde logo, exigir imposto sobre a venda a varejo de combustíveis, uma vez que a Lei Orgânica arrolaria esse tributo entre os de competência municipal.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Tributário Municipal institui quatro impostos, entre eles o incidente sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, cujas alíquotas ficam remetidas a legislação específica.
- b) A Lei Orgânica ressalva da competência municipal somente a gasolina, de modo que o imposto sobre vendas a varejo alcançaria o óleo diesel revendido no território municipal.
- c) A Lei Orgânica ainda arrola o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis, ressalvado o óleo diesel, mas o Código Tributário Municipal não o instituiu, inexistindo exigência possível.
- d) A contribuição cobrada dos servidores municipais para custeio de sistema de previdência e assistência social figura, no Código Tributário Municipal, como um dos impostos instituídos.
- e) A Lei Orgânica autoriza o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis a qualquer título, seja o ato oneroso ou gratuito, previsão reproduzida pelo Código Tributário Municipal.

82. O Município de Guarulhos editou lei majorando o valor da Taxa de Fiscalização Sanitária, publicada no Diário Oficial em 15 de dezembro de 2026, com cláusula determinando que o novo valor produziria efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

A “Panificadora Pão de Cumbica”, estabelecida no Jardim Presidente Dutra, sustenta que o valor majorado não pode ser exigido já no início do exercício de 2027.

Considerando a disciplina legal da matéria no Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Tributário do Município exige, cumulativamente, o primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação e o decurso de noventa dias, exigência ausente na Lei Orgânica.
- b) A Lei Orgânica do Município, entre as limitações ao poder de tributar que enuncia, já veda a cobrança antes de decorridos noventa dias da publicação da lei majoradora.
- c) As duas balizas de vigência previstas no Código Tributário do Município são alternativas, bastando ao Município observar aquela que primeiro se implementar, no caso o exercício seguinte.
- d) A exigência conjunta prevista no Código Tributário do Município alcança apenas os impostos municipais, submetendo-se a majoração de taxas somente à anterioridade de exercício da Lei Orgânica.
- e) A lei tributária municipal, por estabelecer a relação jurídico-tributária quando ocorre o fato tributável, alcança fatos geradores anteriores à sua publicação desde que ainda não lançados.

83. A “Sociedade Recreativa Bosque Maia”, entidade civil sem finalidade lucrativa e com finalidades esportivas e recreativas, tem sede no Município de São Paulo e é proprietária de imóvel construído no bairro Picanço, em Guarulhos, onde mantém suas quadras.

Requeru a isenção do IPTU, sustentando que cumpre todos os demais requisitos e invocando portaria do Secretário da Fazenda que teria estendido o benefício às entidades sediadas fora do Município.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) As portarias fazendárias, por integrarem a legislação tributária do Município, dispõem livremente sobre isenções, bastando a publicação do ato para que o benefício alcance novos destinatários.
- b) A extensão do benefício é admissível por analogia, pois a legislação municipal autoriza, na sua aplicação, quaisquer métodos ou processos de interpretação, sem ressalva alguma.
- c) A extensão é legítima porque a lei municipal manda interpretar suas disposições de maneira mais favorável ao contribuinte nos casos de dúvida quanto às circunstâncias materiais do fato.
- d) As portarias fazendárias, ainda que integrem a legislação tributária municipal, não ampliam isenção, que se interpreta literalmente e depende de lei específica, subsistindo a exigência de sede no Município.
- e) A portaria só produziria o efeito pretendido se fosse convalidada por convênio celebrado entre o Município e a União, igualmente arrolado entre as normas complementares da legislação municipal

84. No monitoramento eletrônico das declarações de ISSQN, uma Auditora Fiscal Tributária Municipal apurou, em face da “Sobe e Desce Manutenção de Elevadores”, microempresa estabelecida no bairro Gopoúva, diferença de imposto de valor irrisório.

Pelos parâmetros de custo por hora de fiscalização e pelas diligências externas necessárias à apuração, o dispêndio do procedimento superaria com clareza a receita esperada, razão pela qual a servidora consultou a chefia sobre como proceder.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A dispensa do procedimento por antieconomicidade constitui faculdade discricionária do agente fiscal, que a exerce segundo o seu próprio juízo, independentemente de instruções da administração fazendária.
- b) A autoridade não executará procedimento fiscal nem lavrará auto de infração quando os custos claramente superarem a receita esperada, observadas as instruções expedidas pela administração fazendária municipal.
- c) A dispensa da ação fiscal por antieconomicidade depende de prévia autorização da Procuradoria do Município e de decreto específico do Prefeito para cada caso concreto.
- d) A regra de antieconomicidade alcança apenas as taxas e a contribuição de melhoria, porque a expressão Fazenda Pública, empregada sem qualificação, restringe-se às receitas vinculadas.
- e) A lavratura permanece obrigatória, pois os prazos da legislação tributária municipal são contínuos, computando-se o dia de início e excluindo-se o de vencimento, ainda que sem expediente.

85. A “Águia Vigilância Patrimonial”, com estabelecimento único em São Paulo e sem qualquer inscrição cadastral em Guarulhos, foi contratada por hospital filantrópico reconhecidamente imune, situado no bairro Gopoúva, para manter posto permanente de vigilância e segurança patrimonial nas dependências da unidade hospitalar, mediante preço mensal.

O hospital sustenta que, por gozar de imunidade e por não dispor a prestadora de estabelecimento no Município, nada lhe cabe reter.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Nos serviços de vigilância e segurança patrimonial, o imposto é devido no Município do estabelecimento prestador, não havendo retenção a ser promovida pelo tomador dos serviços.
- b) O imposto cabe ao Município dos bens vigiados, mas a retenção pelo tomador somente se impõe na hipótese de o prestador não possuir estabelecimento ou domicílio local.
- c) Devido o imposto no local dos bens vigiados, responde pela retenção a pessoa jurídica tomadora aqui estabelecida, ainda que imune, pouco importando onde esteja estabelecido o prestador.
- d) O imposto pertence ao Município dos bens vigiados, porém a imunidade reconhecida ao tomador afasta sua responsabilidade pela retenção, que recai exclusivamente sobre o prestador dos serviços.
- e) Ainda que o imposto seja devido no local dos bens vigiados, a retenção pressupõe a inscrição do prestador no cadastro mobiliário municipal, cabendo, na falta, lançamento de ofício.

86. A “Forja Dutra”, pessoa jurídica estabelecida em Guarulhos, contratou a “Estaciona Fácil”, estabelecida apenas no Município, para a guarda e estacionamento de sua frota na Vila Galvão, e a “Limpa Vias”, estabelecida apenas em Barueri, para a limpeza e conservação de seu imóvel, executada em Guarulhos.

Nenhuma prestadora é profissional autônomo, imune ou em regime especial, e a contratante entende dever reter o imposto em ambas as contratações, já que realizadas em Guarulhos.

À luz da legislação tributária de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade do tomador decorre exclusivamente da execução do serviço em território de Guarulhos, sendo irrelevante o rol legal em que a lei inseriu a atividade contratada.
- b) A retenção pelo tomador pressupõe que o prestador esteja estabelecido em Guarulhos, de modo que nada se retém quando ele se situa em outro Município.
- c) A retenção que independe de qualquer condição alcança somente os serviços provenientes do exterior do País ou aqueles cuja prestação no exterior se tenha iniciado.
- d) A limpeza e conservação de imóveis sujeita-se à retenção incondicionada, enquanto a guarda e estacionamento de veículos só a exige de prestador não estabelecido no Município.
- e) A retenção, em qualquer hipótese, fica condicionada à prévia comprovação de que o prestador se encontra inscrito no Cadastro Fiscal Mobiliário do Município de Guarulhos.

87. A operadora de planos de medicina de grupo “Vida Plena Saúde”, do Picanço, tem todos os beneficiários titulares domiciliados em Guarulhos, parte deles com dependentes domiciliados em outros municípios.

Em determinado mês, faturou R\$ 10.000.000,00 de contraprestações, antes de qualquer redução, repassou R\$ 6.000.000,00 a médicos, hospitais e laboratórios credenciados e concedeu R\$ 500.000,00 de desconto a quem pagou até o vencimento, benefício prévia e expressamente contratado.

Nos termos da lei municipal que disciplina o ISSQN, a base de cálculo devida a Guarulhos é de:

- a) R\$ 3.500.000,00, pois, além dos repasses aos terceiros credenciados, o desconto concedido aos beneficiários reduz o preço do serviço, ainda que subordinado a condição contratada.
- b) R\$ 4.000.000,00, pois se excluem os valores referentes aos serviços prestados pelos terceiros credenciados, sem que o desconto condicionado possa ser abatido do preço do serviço.
- c) R\$ 4.500.000,00, pois a exclusão dos valores pagos aos terceiros credenciados é feita de forma líquida, abatendo-se dela o total dos descontos concedidos aos beneficiários.
- d) R\$ 9.500.000,00, pois somente o desconto concedido reduz o preço do serviço, inexistindo previsão legal de exclusão dos valores pagos aos terceiros credenciados pela operadora.
- e) R\$ 10.000.000,00, pois a base corresponde ao preço total do serviço, sem qualquer dedução, já que os repasses aos demais prestadores integram o preço cobrado.

88. Ana Cláudia é fisioterapeuta e atende em consultório próprio no bairro do Gopoúva, executando pessoalmente todas as etapas do atendimento, regularmente inscrita no Cadastro Fiscal Mobiliário de Guarulhos nessa qualificação e sem sujeição às normas de um mesmo tomador.

A fiscalização, considerando que ela mantém uma recepcionista a seu serviço e que faturou R\$ 480.000,00 no exercício anterior, pretende lançar o imposto sobre o preço dos serviços.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, o imposto por ela devido:

- a) corresponde a 285 UFGs por exercício, montante reservado às atividades de nível superior que não estejam nominalmente relacionadas entre as demais faixas de valor fixadas na legislação.
- b) corresponde a 86 UFGs por exercício, por ser esse o montante fixado para as atividades cuja prestação exija apenas formação de nível técnico ou tecnólogo.
- c) deve ser calculado sobre o preço do serviço, uma vez que a manutenção de empregada a seu serviço descaracteriza o trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte.
- d) corresponde a 143 UFGs, devidas, contudo, mensalmente, reputando-se ocorrido o fato gerador no último dia de cada mês em que houver efetivo atendimento a pacientes.
- e) corresponde a 143 UFGs, em base fixa e anual, irrelevante o faturamento, com fato gerador no primeiro dia de janeiro de cada exercício e recolhimento anual.

89. A “Aurora Recepções e Eventos”, casa de festas situada no bairro Vila Augusta, em Guarulhos, teve o imposto fixado por estimativa em razão do volume e da modalidade de seus serviços, sendo notificada do valor fixado e das parcelas mensais.

O contador da empresa sustenta que os critérios adotados superestimaram a receita projetada, pretende insurgir-se administrativamente contra o enquadramento e indaga como se acertam as contas ao término do período.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) aos contribuintes enquadrados no regime de estimativa fica reservado o direito de reclamação, que deverá ser requerida até o vencimento da primeira parcela.
- b) o contribuinte enquadrado dispõe do prazo de trinta dias, contados da ciência da notificação, para reclamar do valor fixado e das parcelas mensais.
- c) os valores estimados tornam-se definitivos com a notificação, somente podendo ser revistos ao término do exercício, quando se apurará o preço real dos serviços.
- d) a diferença entre o montante recolhido por estimativa e o efetivamente devido somente pode ser exigida mediante lançamento de ofício precedido de iniciativa fiscal específica.
- e) o arbitramento do preço do serviço pressupõe a ocorrência simultânea de ao menos duas hipóteses legais, vedado o cotejo com lançamentos de estabelecimentos semelhantes.

90. Osmar é proprietário de imóvel predial na Vila Galvão, em Guarulhos, inscrito no cadastro imobiliário como uma única unidade. No pavimento térreo funciona a padaria “Forno Quente”, de sua titularidade, e o pavimento superior serve de residência à família, apresentando as duas categorias construtivas exatamente a mesma proporção de área construída.

Ao receber o aviso de lançamento, Osmar procura o Fisco para saber qual alíquota incide sobre o imóvel.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O imóvel será tributado pelas alíquotas da categoria residencial, aplicando-se, contudo, a maior alíquota alcançada pelo enquadramento sobre a integridade do valor venal apurado.
- b) O imóvel será tributado pelas alíquotas da categoria não residencial, respeitadas as faixas de valor venal a ela correspondentes, porque nele se desenvolve atividade comercial.
- c) O imóvel será tributado pelas alíquotas da categoria residencial, incidindo cada alíquota apenas sobre a parcela do valor venal enquadrada na respectiva faixa.
- d) O imóvel será tributado pelas alíquotas da categoria não residencial, pois, diante da idêntica proporção entre as categorias construtivas, prevalece o critério da predominância econômica.
- e) O imóvel será desdobrado, obrigatoriamente, em duas inscrições cadastrais distintas, tributando-se cada parcela do valor venal pela alíquota correspondente à sua categoria construtiva.

91. A incorporadora “Serra Alta Empreendimentos” adquiriu, no bairro do Picanço, em Guarulhos, um terreno não construído de 900 m², com frente para três logradouros e duas esquinas, cuja escritura registrada aponta como frente a Rua das Acácias, de menor valor unitário de metro quadrado.

O Fisco sustenta que deve prevalecer o logradouro de maior valor e que o fator de profundidade decorre da divisão da área total pela soma das testadas.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) No terreno não construído com duas ou mais esquinas, adota-se o valor unitário do logradouro apontado como frente no título de propriedade, com fator de profundidade igual a 1,0000.
- b) Havendo mais de uma frente, prevalece sempre o logradouro de maior valor, e o fator de profundidade decorre da divisão da área total pela soma de todas as testadas.
- c) O valor unitário será o do logradouro de maior valor dentre os confrontantes, aplicando-se o fator de profundidade igual a 1,0000 aos terrenos com duas ou mais esquinas.
- d) Prevalece o logradouro indicado no título de propriedade, obtendo-se a profundidade equivalente pela divisão da área total pela testada dessa frente, desprezada a fração de metro no resultado.
- e) Além do fator de profundidade, incidirá obrigatoriamente o fator de gleba sobre todo terreno que apresente duas ou mais esquinas, qualquer que seja a área total do imóvel.

92. Em março de 2024, Cláudia Bertolini alienou a Ricardo Menezes, por escritura pública registrada, um apartamento no bairro Picanço, em Guarulhos. Nenhum deles comunicou a transferência ao cadastro imobiliário, que permaneceu em nome da vendedora, e o IPTU de 2025 e 2026, lançado contra ela, não foi pago.

Cláudia sustenta que nada deve, pois já não é proprietária e o contrato atribuiu ao comprador os tributos incidentes sobre o imóvel.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, é correto afirmar que:

- a) Os acordos particulares que transferem a responsabilidade pelo pagamento do imposto tornam-se oponíveis à Fazenda Municipal quando o instrumento respectivo for levado a registro público.
- b) O alienante fica desonerado a partir do exercício seguinte ao do registro do título aquisitivo, respondendo o adquirente, com exclusividade, pelos créditos lançados depois dessa data.
- c) O adquirente somente responde pelos débitos do alienante caso não seja beneficiário de isenção ou de imunidade relativa ao imóvel objeto da aquisição.
- d) A responsabilidade solidária do alienante subsiste apenas até o encerramento do exercício em que ocorreu a alienação, extinguindo-se automaticamente a partir do exercício seguinte.
- e) Descumprido o dever de comunicar a alteração cadastral, o alienante responde solidariamente pelos tributos incidentes sobre o bem até a atualização do cadastro imobiliário.

93. Marlene Sartori, aposentada, possui um único imóvel no bairro Gopoúva, em Guarulhos, classificado no Cadastro Fiscal Imobiliário na categoria residencial, no qual efetivamente reside. A garagem da unidade foi registrada em matrícula própria e distinta.

À época do lançamento, o imposto anual apurado foi de 62 UFG para a unidade residencial e de 18 UFG para a garagem. Marlene requer o reconhecimento da isenção do imóvel único residencial.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O pedido deve ser deferido, pois o teto legal de 75 UFG é aferido isoladamente sobre o imposto anual da unidade residencial em que o contribuinte efetivamente reside.
- b) O pedido deve ser indeferido, pois a garagem em matrícula diversa não afasta a unicidade, mas tem seu valor somado ao do imóvel residencial para efeito do limite.
- c) O pedido deve ser indeferido, pois o registro da garagem em matrícula própria a torna imóvel autônomo e afasta o requisito de propriedade de um único imóvel.
- d) O pedido deve ser deferido, pois o teto de 75 UFG incide sobre o valor venal constante da Planta Genérica de Valores Imobiliários, e não sobre o imposto anual.
- e) O pedido deve ser deferido desde que o requerimento tenha sido protocolizado até o dia 30 de outubro do exercício, condição a que a lei submete o benefício.

94. Aurélio Bertoldi, proprietário de imóvel no bairro Picanço, em Guarulhos, institui, por escritura pública e a título oneroso, usufruto vitalício em favor de Marlene Tavares, conservando para si a nua propriedade.

Levado o título a registro no ofício imobiliário competente, o valor declarado, de R\$ 900.000,00, coincide com o valor venal da inscrição imobiliária, não tendo o Fisco instaurado processo administrativo para afastá-lo.

Nos termos da lei municipal que disciplina o ITBI, assinale a alternativa correta quanto ao valor do imposto devido:

- a) R\$ 27.000,00, pois a base de cálculo corresponde ao valor integral declarado, já que a lei municipal não prevê redução para a instituição de direitos reais de fruição.
- b) R\$ 21.600,00, pois a base de cálculo, tratando-se de instituição de direito real de fruição sobre coisa alheia, fica reduzida a oitenta por cento do valor declarado.
- c) R\$ 9.000,00, pois a base de cálculo, em se tratando de instituição de usufruto e de uso, fica reduzida a um terço do valor declarado do imóvel.
- d) R\$ 18.000,00, pois a base de cálculo, na instituição de usufruto, fica reduzida a dois terços do valor declarado, percentual que a lei reserva a essa hipótese.
- e) R\$ 5.400,00, pois a base de cálculo, na instituição de usufruto, fica reduzida a vinte por cento do valor declarado, reservando-se o restante à futura consolidação da propriedade.

95. A “Vila Galvão Participações” foi constituída em outubro de 2026, iniciando de imediato suas atividades de compra, venda e locação de imóveis próprios.

Em março de 2027, dois sócios integralizaram o capital subscrito com três imóveis situados no bairro Vila Galvão, requerendo o reconhecimento da não incidência do ITBI e sustentando que a preponderância deve ser apurada pelos dois exercícios anteriores e pelos dois posteriores à aquisição.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A apuração leva em conta a receita operacional dos dois exercícios anteriores à aquisição e dos dois posteriores, ainda que o adquirente tenha iniciado suas atividades há poucos meses.
- b) Considera-se preponderante a atividade quando mais de quarenta por cento da receita operacional decorrer de contratos imobiliários, cabendo ao interessado comprovar a inexistência da preponderância em trinta dias.
- c) Encerrada a atividade do adquirente antes de completado o período de apuração, a não incidência torna-se definitiva, pois a lei não admite apuração por período fracionado.
- d) Verificada a preponderância, o imposto será exigido pela lei vigente na data da apuração, contando-se os acréscimos legais da notificação do lançamento, e não da ocorrência do fato gerador.
- e) Tendo o adquirente iniciado atividade menos de dois anos antes da aquisição, a preponderância se apura pela receita operacional dos três exercícios subsequentes, exigida proporção superior à metade.

96. Durante fiscalização em serventia de Registro de Imóveis, o Fisco Municipal apurou que o oficial registrou compra e venda de imóvel no Picanço, adquirido pela “Morada Boa Incorporações”, sem a prova do pagamento do ITBI e sem a certidão de inexistência de débitos de IPTU.

Notificado a prestar esclarecimentos, o oficial deixou escoar o prazo legal, sustentando que responderia apenas pela multa comum aos demais obrigados, cabendo o imposto ao adquirente.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O serventuário responde pela multa de cento e cinquenta UFGs, prevista para quem deixa de prestar informações relacionadas ao lançamento, sem qualquer responsabilidade pelo pagamento do imposto.
- b) O serventuário sujeita-se à multa de quinhentas UFGs por obrigação descumprida, sem prejuízo das penalidades cabíveis quanto à obrigação principal, e responde pessoal e solidariamente pelo imposto.
- c) O serventuário sujeita-se somente à multa de trezentas UFGs por embaraço à ação fiscal, penalidade que absorve as demais infrações apuradas no mesmo procedimento fiscalizatório.
- d) O serventuário sujeita-se à multa de cem UFGs por deixar de atender à notificação e responde apenas subsidiariamente pelo imposto, após esgotada a cobrança contra o adquirente.
- e) O serventuário sujeita-se exclusivamente à multa de cinquenta por cento sobre o valor do imposto não pago, ficando afastadas as multas em UFGs, reservadas ao contribuinte adquirente.

97. A “Tecelagem Fio de Prata” explora, em um mesmo imóvel situado na Vila Galvão, dois galpões erguidos em prédios distintos, com idêntico ramo de atividade e sob a sua exclusiva responsabilidade, dividindo o endereço com a “Cantina da Zélia”, pessoa jurídica diversa.

Em março, a tecelagem transferiu uma dessas unidades para Cumbica e sustenta que a mudança, por se dar no curso do exercício, resolve-se em simples alteração cadastral.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A identidade de ramo de atividade e a titularidade única unificam em um só estabelecimento as unidades erguidas em prédios distintos do mesmo imóvel, sendo devida uma única taxa.
- b) Unidades pertencentes a pessoas jurídicas diferentes, ainda que instaladas no mesmo local e no mesmo prédio, somente configuram estabelecimentos distintos quando exercerem ramos de atividade diversos.
- c) Unidades de igual ramo e mesma responsabilidade, erguidas em prédios distintos do mesmo imóvel, são estabelecimentos distintos, e a mudança de endereço gera nova incidência no próprio exercício.
- d) A transferência de local produz nova incidência apenas a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte, quando se renova o fato gerador das atividades permanentes.
- e) Sendo indivisíveis quanto à cobrança as atividades administrativas que justificam a taxa, a mudança de endereço ocorrida no curso do exercício não acarreta nova incidência.

98. A farmácia “Saúde Cumbica”, no bairro Picanço, mantém as portas abertas 24 horas por dia, inclusive aos domingos. No mesmo período, a “Alegria Eventos” montou barracas removíveis em terreno cedido por particular, nos Pimentas, para uma quermesse de sessenta dias.

Notificadas quanto à Taxa de Fiscalização de Instalação, Localização e Funcionamento, ambas sustentam nada dever ao Município.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O estabelecimento aberto fora do horário normal sofre acréscimo de 50% do valor da tabela, excluídas dessa cobrança apenas as unidades hospitalares e os postos de serviços médicos.
- b) As farmácias não se sujeitam à cobrança de horário especial, sendo a atividade temporária ou eventual tributada à base de 50% dos valores da tabela anexa à lei.
- c) A responsabilidade pela taxa relativa a barracas e assemelhados recai isoladamente sobre quem as explora, inexistindo previsão de solidariedade do promotor do evento ou do cedente do espaço.
- d) Considera-se horário normal, aos domingos e feriados, o período das 8 às 18 horas, de modo que o acréscimo somente alcança o funcionamento em dias úteis.
- e) A atividade exercida em instalações precárias ou removíveis, por curto período, situa-se fora do campo de incidência da taxa, que pressupõe estabelecimento fixo e efetivo funcionamento.

99. A “Metalúrgica Ponte Alta”, instalada às margens da Rodovia Presidente Dutra, é titular de unidade consumidora enquadrada pela ANEEL na classe industrial e recebe a cobrança da COSIP na fatura de energia elétrica.

Comparando sua conta com a de vizinhos residenciais, a empresa sustenta que o valor deveria decorrer da faixa de consumo em quilowatt-hora, e não de percentual sobre o total pago na fatura.

Assim, à luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Para o consumidor industrial, o valor mensal resulta da alíquota de 6% aplicada sobre o total do consumo, assim entendido o valor total pago na fatura.
- b) Para o consumidor industrial aplica-se a alíquota de 4% sobre a fatura, ficando o percentual de 6% reservado aos consumidores comercial, rural e de consumo próprio.
- c) O valor mensal é obtido pelo enquadramento na faixa de consumo em quilowatt-hora indicada na fatura, critério aplicável indistintamente a todas as classes de consumidores.
- d) O consumidor residencial beneficiário da tarifa social somente se isenta se também comprovar cadastro em programa social do governo federal, exigência cumulativa da lei municipal.
- e) Quanto ao imóvel não edificado, a contribuição é calculada por metro quadrado da área do lote e deve necessariamente ser lançada na fatura da concessionária.

100. A concessionária “Guarulux Energia”, que distribui energia elétrica em Guarulhos mediante convênio com o Município, cobra a contribuição de custeio da iluminação pública de forma destacada na fatura mensal dos consumidores do Pimentas e da Gopoúva.

Já iniciado o procedimento fiscal, o Fisco apurou repasse a menor em três competências, discutindo-se, ainda, a possibilidade de custear obra de pavimentação asfáltica com recursos do fundo municipal de custeio da iluminação pública.

Assim, à luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Iniciado o procedimento fiscal, o repasse a menor sujeita o responsável tributário a multa de ofício de vinte por cento, além de correção monetária e juros de mora.
- b) Compete à Secretaria de Finanças, além do lançamento e da fiscalização do pagamento da contribuição, a gestão do fundo municipal de custeio da iluminação pública.
- c) Os recursos do fundo municipal de custeio da iluminação pública podem financiar obras de pavimentação asfáltica, desde que previamente autorizadas pelo conselho municipal de iluminação pública, órgão deliberativo.
- d) A concessionária responde apenas pela arrecadação e pelo repasse dos valores efetivamente cobrados, jamais podendo ser constituída sua responsabilidade tributária pelo pagamento da contribuição.
- e) Iniciado o procedimento fiscal, a falta de repasse ou o repasse a menor pelo responsável tributário implica multa de ofício de cinquenta por cento do valor não repassado.

TRIBUTOS MUNICIPAIS

Bruno Langoni

101. A concessionária de distribuição de energia elétrica “Luz de Cumbica”, mediante convênio firmado com o Município de Guarulhos, cobra de forma destacada na fatura mensal a contribuição destinada ao custeio do serviço de iluminação pública, arrecada os valores nos vencimentos e os repassa à conta especial do Município.

Um consultor sustenta, em parecer dirigido à Procuradoria, que o arranjo teria transferido à concessionária a titularidade do tributo.

À luz das normas gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Houve delegação da competência tributária à pessoa de direito privado incumbida da arrecadação, que passa a titularizar o tributo por força do ajuste, em hipótese de parafiscalidade.
- b) A atribuição conferida à pessoa de direito privado torna-se irrevogável enquanto perdurar o contrato ou convênio, somente podendo ser desfeita mediante acordo expresse entre as partes.
- c) Não houve delegação da competência, indelegável, pois o cometimento a pessoa de direito privado do encargo de arrecadar tributos não a configura, permanecendo o lançamento com o Município.
- d) O não exercício da competência para instituir a contribuição, por cinco exercícios consecutivos, acarreta a sua caducidade, transferindo-a ao Estado em cujo território se situa o Município.
- e) Por arrecadar tributo municipal, a pessoa de direito privado passa a gozar das garantias e dos privilégios processuais da Fazenda Pública Municipal, respondendo, ainda, pelo lançamento.

102. A “Mirante Mídia Exterior” exhibe ininterruptamente, desde 2019, painel publicitário em estrutura metálica na Vila Galvão.

Quanto ao exercício de 2021, a Taxa de Fiscalização de Publicidade não foi lançada de ofício, e a empresa, independentemente de prévia notificação, recolheu o que entendeu devido, sem que a Administração se pronunciasse. Em julho de 2026, a fiscalização apura recolhimento a menor e pretende exigir a diferença, afastados dolo, fraude ou simulação.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A faculdade de lançamento de ofício conferida à Administração é atemporal, correndo o prazo decadencial somente a partir da data em que efetivado esse lançamento.
- b) O prazo de homologação do recolhimento espontâneo flui da data do efetivo pagamento realizado pelo contribuinte, e não da data em que ocorrido o fato gerador.
- c) Havendo pagamento antecipado insuficiente, o prazo para exigir a diferença conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- d) Decorridos cinco anos contados do fato gerador, sem pronunciamento da Administração e inexistentes dolo, fraude ou simulação, considera-se homologado o pagamento e definitivamente extinto o crédito.
- e) O recolhimento espontâneo da taxa comporta apenas homologação expressa, sendo vedado à Administração exigir eventuais diferenças mediante auto de infração e imposição de multa.

103. Rosana é proprietária de imóvel na Vila Augusta, em Guarulhos, inscrito no cadastro imobiliário com 90 m² de área construída, e concluiu, em agosto de 2023, ampliação de 120 m², sem comunicá-la ao Fisco Municipal.

Em maio de 2026, não consumada a decadência quanto a nenhum dos exercícios envolvidos, a fiscalização constatou a divergência e, mediante processo regular, instaurou procedimento para rever de ofício os lançamentos do imposto, nunca impugnados pela proprietária.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) A revisão alcança inclusive o exercício em que concluída a ampliação, já que o lançamento se reporta à data da ocorrência do fato imponible e rege-se pela lei então vigente.
- b) Cabe a revisão de ofício enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, repercutindo a modificação posterior ao fato imponible a partir do exercício seguinte ao de sua ocorrência.
- c) A revisão é vedada, porque o lançamento do imposto, uma vez regularmente notificado o contribuinte, torna-se definitivo e somente admite alteração mediante impugnação do sujeito passivo.
- d) O lançamento complementar resultante da revisão invalida os lançamentos anteriores, devendo a Fazenda Municipal restituir o que já foi recolhido e exigir integralmente o montante apurado.
- e) A revisão depende de prévia autorização judicial e de apuração da base de cálculo por arbitramento, uma vez que a omissão do contribuinte impede a apuração direta pelo Fisco.

104. Em abril de 2026, o Oficial de Registro de Imóveis registrou na matrícula o título translativo de um apartamento situado no bairro Gopoúva, em Guarulhos, adquirido por Marcelo Tavares, sem exigir a prova do pagamento do ITBI.

Apurada a falta de recolhimento, o Fisco Municipal pretende exigir o imposto também do serventuário, sem antes demonstrar a impossibilidade de cobrança do adquirente, não havendo imputação de dolo, fraude ou simulação.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador ocorre com a lavratura da escritura pública, e o oficial de registro não responde pelo imposto, por ser meramente acessório o dever que descumpriu.
- b) O fato gerador ocorre com o registro do título, mas a responsabilidade do oficial de registro é pessoal e exclusiva, liberando o adquirente de qualquer exigência.
- c) O fato gerador ocorre com o registro do título, e o oficial de registro só responde pelo imposto na impossibilidade de exigi-lo do contribuinte, e apenas por penalidades moratórias.
- d) O fato gerador ocorre com o registro do título e o adquirente é contribuinte, respondendo solidariamente o oficial de registro que praticou o ato sem a prova do pagamento.
- e) O fato gerador ocorre com o registro do título, mas a responsabilidade do oficial de registro depende da intenção com que agiu, exigindo-se dolo, fraude ou simulação.

105. Em diagnóstico do sistema tributário de Guarulhos, a consultoria “Fisco Claro” destacou, entre os tributos instituídos pela legislação local, o imposto predial e territorial urbano, o imposto sobre serviços, o imposto de transmissão de bens imóveis, as taxas municipais de fiscalização e a contribuição de iluminação pública.

Ao final, afirmou que cada um desses tributos encontra fundamento próprio no texto constitucional, cabendo à lei local apenas concretizá-lo.

Considerando a disciplina constitucional e a legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição de iluminação pública pode custear a expansão e a melhoria do serviço e de sistemas de monitoramento de logradouros públicos, facultada a cobrança na fatura de energia elétrica.
- b) A taxa de fiscalização de instalação, localização e funcionamento remunera serviço público específico e divisível posto à disposição do contribuinte, e não o exercício regular do poder de polícia.
- c) O imposto municipal de transmissão de imóveis alcança as transmissões a qualquer título, inclusive as causa mortis e as doações, competindo o imposto ao Município da situação do bem.
- d) Cabe à lei municipal fixar as alíquotas máxima e mínima do imposto sobre serviços, competência já exercida por Guarulhos ao estabelecer, em lei própria, a alíquota mínima do tributo.
- e) A instituição dos tributos municipais reclama lei complementar municipal, de modo que as leis ordinárias locais que criaram os impostos de Guarulhos padeceriam, no ponto, de vício formal de inconstitucionalidade.

106. A “Mão Firme Serviços de Pessoal”, com estabelecimento único em Barueri e não optante pelo Simples Nacional, forneceu mão de obra temporária à indústria “Metalgru Componentes”, de modo que os trabalhadores cedidos atuaram integralmente na planta situada no bairro Cumbica, em Guarulhos.

A prestadora, sem domicílio em Guarulhos, sem imunidade reconhecida e sem regime especial decorrente de decisão judicial, sustenta que o imposto pertence a Barueri e que a tomadora nada tem a reter.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto pertence ao Município do estabelecimento prestador, uma vez que o fornecimento de mão de obra não está entre as exceções legais à regra geral do local da prestação.
- b) O imposto é devido no Município do tomador, mas a retenção na fonte somente se impõe quando o prestador for optante pelo Simples Nacional, sendo indevida nos demais regimes.
- c) O imposto pertence ao Município do estabelecimento do tomador da mão de obra, incumbido de reter na fonte à alíquota de 5%, ainda que o prestador não tenha estabelecimento local.
- d) O imposto é devido ao Município do tomador, porém a retenção só é exigível quando o prestador não possuir estabelecimento local, hipótese em que incide a alíquota de 3%.
- e) O imposto pertence ao Município do tomador, mas, não efetuada a retenção, o tomador fica exonerado do recolhimento, respondendo apenas subsidiariamente após a cobrança administrativa dirigida ao prestador.

107. A “Sentinela Vigilância Patrimonial ME”, optante pelo Simples Nacional, presta serviços de vigilância e monitoramento ao condomínio “Edifício Aurora”, na Vila Augusta.

Na nota fiscal de maio, a prestadora informou a alíquota efetiva de ISS a que estava sujeita no mês anterior, e o condomínio reteve e recolheu o imposto ao Município. Ao apurar o recolhimento unificado, a prestadora ficou em dúvida sobre o tratamento daquela mesma receita.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) A opção pelo regime simplificado afasta por completo a retenção na fonte, restando ao Município receber o imposto exclusivamente pela partilha do documento único de arrecadação.
- b) O tomador deve desprezar o percentual informado no documento fiscal e aplicar a alíquota que a lista municipal reserva aos serviços de vigilância, pois a legislação local prevalece.
- c) Não informada a alíquota no documento fiscal, o tomador deve aplicar a menor alíquota efetiva prevista para os optantes, cabendo ao Fisco cobrar depois a diferença apurada.
- d) Informada alíquota inferior à devida, a responsabilidade pela diferença recai exclusivamente sobre o tomador que efetuou a retenção, ficando a prestadora integralmente exonerada perante o Município.
- e) O valor retido e devidamente recolhido é definitivo, não é objeto de partilha com os Municípios e afasta nova incidência de ISS sobre aquela receita no regime unificado.

108. A “Datacore Sistemas”, com estabelecimento único no Município fictício de Serra Nova, presta serviços de análise e desenvolvimento de sistemas à “Aeropeças Indústria”, destinados exclusivamente à matriz desta, em Cumbica, Guarulhos.

Lei de Serra Nova em vigor, jamais afastada em juízo, fixa a alíquota do serviço em 2% e, no mesmo diploma, concede crédito presumido que reduz a carga efetiva a 1,2%. A Fazenda de Guarulhos sustenta que o imposto lhe é devido.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota mínima constitui mera diretriz programática dirigida ao legislador local, sem aptidão para invalidar benefício fiscal veiculado por lei municipal que se encontre formalmente em vigor.
- b) É nula a lei municipal na parte em que produz carga inferior à da alíquota mínima, ficando o imposto devido no estabelecimento do tomador situado em outro Município.
- c) Reconhecida a nulidade, o prestador não faz jus à restituição do que efetivamente pagou ao Município infrator, dada a natureza indireta do imposto e a repercussão do encargo.
- d) Não há irregularidade alguma a reconhecer, pois os serviços de informática figuram entre as atividades expressamente ressalvadas da vedação de benefícios que reduzam a carga abaixo do piso.
- e) O imposto permanece devido ao Município do estabelecimento prestador, cabendo ao Município prejudicado apenas representar ao Conselho Nacional de Política Fazendária para que revise o benefício.

109. A “Prisma Projetos”, empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, estabelecida no Picanço, em Guarulhos, elabora estudos de viabilidade relacionados com obras e serviços de engenharia, tendo apurado, em 2025, receita bruta de R\$ 4.150.000,00 no mercado interno.

O Estado de São Paulo, cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro supera 1%, não adotou sublimite, e o contador sustenta que nada se altera quanto ao ISSQN, pois não superado o limite geral de enquadramento.

Considerando a disciplina legal da matéria, assinale a alternativa correta:

- a) O excesso de receita bruta em relação ao sublimite acarreta a exclusão integral do regime simplificado, alcançando inclusive os tributos federais, a partir do ano-calendário seguinte.
- b) Ultrapassado o sublimite, o impedimento de recolher o imposto municipal no regime simplificado opera desde o mês seguinte ao do excesso, qualquer que seja a sua magnitude.
- c) O sublimite de receita bruta alcança tão somente o imposto estadual, de modo que o imposto municipal segue recolhido no documento único até o limite geral de enquadramento.
- d) A empresa permanece no regime simplificado, ficando impedida de recolher o imposto municipal naquela sistemática a partir do ano-calendário seguinte, quando passará a apurá-lo perante o Município.
- e) Aplica-se à empresa o sublimite reduzido facultado aos Estados de menor participação no Produto Interno Bruto, retroagindo o impedimento ao mês em que verificado o excesso.

110. A “Núcleo Gestão Empresarial”, sediada na Gopoúva, presta ao mesmo cliente serviços de administração de bens e negócios de terceiros e de consultoria e assessoria econômica ou financeira, atividades a que a lista municipal reserva alíquotas distintas.

Emite documento fiscal único, com valor global e descrição genérica de “serviços de gestão”, sem escrituração que separe as receitas de cada atividade, e recolhe o imposto pela alíquota menor, por reputá-la preponderante.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo enquadramento em mais de uma atividade da lista, há tantas incidências quantas as espécies de serviços, e a falta de escrituração segregada impõe a alíquota mais elevada.
- b) Prevalece a alíquota da atividade preponderante, apurada pela maior participação no faturamento do exercício anterior, critério que assegura a proporcionalidade da tributação e afasta o excesso de exação.
- c) Aplica-se a média aritmética simples entre as alíquotas das duas atividades sobre o valor global do documento fiscal, solução que preserva a capacidade contributiva e veda o confisco.
- d) A prestação simultânea de serviços distintos sob descrição genérica descaracteriza a apuração pelo preço do serviço e impõe o arbitramento obrigatório da base de cálculo mediante pauta fiscal.
- e) Sendo taxativa a lista de serviços, a tributação recai exclusivamente sobre a atividade constante do objeto social registrado, sendo irrelevante a natureza dos serviços efetivamente prestados.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

111. Com base nas disposições da Emenda Constitucional 132/23, que reformulou a tributação sobre o consumo, analise as afirmativas abaixo sobre as regras constitucionais conjuntas do imposto sobre bens e serviços e da contribuição sobre bens e serviços:

- I. O imposto e a contribuição não integrarão a base de cálculo de tributos como o Imposto Seletivo, o Imposto sobre Produtos Industrializados e as contribuições sociais do PIS e da Cofins.
- II. A legislação aplicável ao imposto sobre bens e serviços será única e uniforme em todo o território nacional, o que impede os Estados e Municípios de fixarem suas próprias alíquotas, devendo adotarem a alíquota de referência fixada por resolução do Senado Federal.
- III. O imposto e a contribuição observarão as mesmas regras em relação às imunidades, não incidindo, por exemplo, nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

112. A empresa Alfa Tecnologia vendeu um lote de equipamentos de informática. O contrato de compra e venda estabeleceu que o pagamento seria realizado integralmente pela empresa Beta Investimentos. Contudo, por ordem expressa da Beta Investimentos, a Alfa Tecnologia entregou os equipamentos diretamente na sede da ONG Caminho do Bem, que os utilizará em seus projetos educacionais. Além disso, no mesmo mês, a Alfa Tecnologia realizou a locação de servidores de dados para a própria Beta Investimentos. Com base nos conceitos definidos na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) A operação de locação de servidores de dados não se enquadra no conceito de operação com bens, sendo tratada exclusivamente como prestação de serviços.
- b) A empresa Beta Investimentos é considerada a adquirente na venda dos equipamentos, enquanto a ONG Caminho do Bem assume a figura de destinatária da operação.
- c) Apenas as entidades com personalidade jurídica podem ser enquadradas no conceito de fornecedor, o que exclui consórcios e fundos de investimento dessa definição legal.
- d) O conceito de operações com bens restringe-se aos bens materiais, de modo que os bens imateriais, inclusive direitos, são classificados como serviços.
- e) A energia elétrica utilizada pela Alfa Tecnologia em suas instalações é considerada um bem imaterial.

113. A Emenda Constitucional 132/2023 introduziu profundas modificações na administração tributária brasileira ao unificar a tributação sobre o consumo. Uma das maiores inovações para a viabilização do novo Imposto sobre Bens e Serviços foi a determinação de que a sua gestão, arrecadação e fiscalização ocorrerão de forma compartilhada e integrada. A respeito da governança desse novo tributo subnacional e de seu respectivo órgão gestor, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços qualifica-se como uma entidade pública sob regime especial, a qual será dotada de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- II. Embora a arrecadação e a distribuição dos recursos sejam centralizadas no Comitê Gestor, a edição do regulamento do imposto e a decisão do contencioso administrativo permanecem como competências de cada Estado e Município em suas respectivas jurisdições.
- III. A instância máxima de deliberação do Comitê Gestor será integrada por representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de forma paritária, assegurando a participação de todas as esferas de governo nas decisões do imposto.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

114. A Lei Complementar 214/25 estabeleceu um critério objetivo para conferir maior segurança jurídica na interpretação da norma legal, especificamente para os casos de cumulação de tratamentos favorecidos e solução de conflitos internos. Diante da possibilidade de enquadramento de uma mesma operação em mais de um benefício fiscal, a legislação definiu uma ordem de prevalência obrigatória e regras estritas para a cumulação. Com base nessas premissas de solução de conflitos na tributação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em uma determinada operação de fornecimento de bens, o contribuinte constata que a legislação prevê, simultaneamente, a aplicação de isenção e de redução a zero de alíquota. Nesse cenário normativo, a regra de isenção tem primazia e deverá prevalecer sobre a redução a zero de alíquota.
- II. Caso uma operação se enquadre em duas hipóteses distintas de redução parcial de alíquota, a aplicação cumulativa das duas reduções pelo contribuinte somente será permitida se houver previsão expressa na legislação.
- III. Na ausência de previsão legal expressa que autorize a cumulação de mais de uma redução de alíquota para a mesma operação, o contribuinte deverá aplicar a regra mais favorável, ou seja, prevalecerá a maior redução isoladamente considerada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

115. A determinação do local da operação é um dos pilares do novo sistema tributário nacional, pois viabiliza a concretização do princípio do destino e a correta distribuição das receitas do Imposto sobre Bens e Serviços entre os entes federativos. Para evitar antigos conflitos de competência, a legislação estabeleceu critérios espaciais distintos e objetivos, adaptados à natureza de cada bem ou serviço. Com base nas disposições da lei complementar que regulamenta os novos tributos sobre o consumo (LC 214/25), assinale a alternativa correta sobre a definição do local da operação:

- a) Na prestação de serviços de exploração de via mediante a cobrança de pedágio, o local da operação será o município e o estado onde estiver localizada a praça principal de cobrança da concessionária.
- b) Nos serviços de planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e espetáculos, o local da operação corresponderá ao local do evento a que se refere o serviço.
- c) No fornecimento de serviço de transporte de carga, considera-se local da operação o local do início do transporte.
- d) Para as operações com bens imóveis, bem como para os serviços de administração e intermediação a eles relacionados, o local da operação será o do domicílio principal do adquirente.
- e) Nos serviços de telefonia fixa e demais serviços de comunicação prestados por meio de cabos e fibras, o local da operação será o endereço da sede do fornecedor do serviço.

116. A determinação correta da base de cálculo é essencial para a apuração do montante devido aos cofres públicos, sendo um dos aspectos mais sensíveis na transição para o novo modelo de tributação sobre o consumo. A lei complementar 214/25 adotou uma base de incidência ampla, abarcando o valor da operação, mas estabeleceu de forma taxativa as parcelas que devem ou não compor esse montante. Com base nas disposições da referida legislação sobre a base de cálculo do imposto sobre bens e serviços e da contribuição social sobre bens e serviços, assinale a alternativa correta:

- a) O montante do imposto sobre bens e serviços e da contribuição social sobre bens e serviços incidentes sobre a operação integra a sua própria base de cálculo, consagrando a sistemática de cálculo por dentro.
- b) Os descontos concedidos sob condição não integram a base de cálculo dos tributos, desde que constem expressamente no respectivo documento fiscal.
- c) O valor do transporte cobrado como parte do valor da operação não integra a base de cálculo quando o transporte for efetuado pelo próprio fornecedor.
- d) Os descontos incondicionais, assim entendidos como a parcela redutora do preço que conste do documento fiscal e não dependa de evento posterior, não integram a base de cálculo, inclusive se realizados por meio de programa de fidelidade concedido de forma não onerosa pelo próprio fornecedor.
- e) O montante do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na operação compõe a base de cálculo dos novos tributos sobre o consumo, por representar um encargo suportado pelo fornecedor.

117. A expansão do comércio eletrônico e das transações virtuais exigiu uma adaptação do sistema tributário para garantir a efetiva arrecadação sobre o consumo digital. Nesse cenário, a legislação que instituiu os novos tributos sobre o consumo (LC 214/25) trouxe regras específicas de responsabilização para as intermediadoras virtuais, visando fechar eventuais lacunas de evasão fiscal, especialmente em negócios que ultrapassam fronteiras físicas ou nos quais o fornecedor não cumpre adequadamente suas obrigações. Com base nas disposições da lei complementar sobre a responsabilidade tributária nas operações digitais, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nas importações ou operações intermediadas por plataformas digitais em que o fornecedor do bem ou serviço seja residente ou domiciliado no exterior, a plataforma atuará como responsável pelo pagamento dos tributos, respondendo solidariamente com o adquirente ou destinatário e em substituição ao fornecedor estrangeiro.
- II. Para que uma empresa seja enquadrada no conceito legal de plataforma digital e atraia para si a responsabilidade tributária, basta que ela atue como intermediária em operações eletrônicas.
- III. Estão excluídas do conceito de plataforma digital as ferramentas tecnológicas que executem exclusivamente o serviço de busca ou comparação de fornecedores, sob a condição estrita de que essas ferramentas não cobrem pelo serviço prestado com base nas vendas que forem efetivamente realizadas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

118. A implementação do recolhimento na liquidação financeira, mundialmente conhecido como split payment, representa uma das maiores inovações para garantir a efetividade da arrecadação no novo sistema tributário. Para viabilizar essa sistemática no setor varejista e evitar que entraves tecnológicos prejudiquem o fluxo das transações diárias, a Lei Complementar 214/25 estabeleceu, ao lado do procedimento padrão, o chamado procedimento simplificado. Com base nas disposições dessa legislação sobre tal modalidade de recolhimento, analise as afirmativas a seguir:

- I. No procedimento simplificado, a segregação dos recursos ocorre com base em um percentual preestabelecido que não guardará relação com o débito efetivamente incidente na operação, sendo considerado como adotado esse procedimento caso a transação seja originada sem a prévia identificação dos valores exatos dos tributos.
- II. Os valores do imposto e da contribuição que forem recolhidos por meio do procedimento simplificado serão utilizados, prioritariamente, para a quitação de débitos decorrentes de operações cujo adquirente seja contribuinte do regime regular. Existindo saldo excedente no fim da apuração, este ficará retido para fins de compensação no mês subsequente.
- III. Embora o procedimento simplificado seja, como regra, opcional, a legislação autoriza que a Receita Federal e o Comitê Gestor determinem a sua utilização de forma impositiva nas operações destinadas a não contribuintes do regime regular, enquanto o procedimento padrão não estiver operando em nível adequado para os instrumentos de pagamento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

119. A tributação sobre o comércio exterior exige regras claras para identificar os sujeitos passivos da obrigação tributária, garantindo a efetividade da arrecadação e evitando a evasão fiscal. Na importação de bens materiais, a Lei Complementar 214/25 estabeleceu de forma minuciosa quem assume a figura de contribuinte, quem atua como responsável por substituição e quem responde solidariamente pelo pagamento dos novos tributos sobre o consumo. Com base nas disposições dessa legislação aplicáveis à importação, assinale a alternativa correta:

- a) O transportador responde por substituição pelos tributos no caso de extravio da mercadoria importada ocorrido até a conclusão da descarga no recinto alfandegado, inclusive nas hipóteses comprovadas de caso fortuito ou força maior.
- b) Na operação de importação realizada por conta e ordem de terceiro, a empresa importadora contratada para promover o despacho aduaneiro é considerada a contribuinte do imposto, haja vista ser a executora material da entrada dos bens.
- c) O encomendante predeterminado que adquire bens de procedência estrangeira por meio de uma pessoa jurídica importadora assume na operação a condição de responsável solidário pelo pagamento dos tributos.
- d) O depositário dos bens procedentes do exterior figura como responsável solidário caso seja constatado o extravio da mercadoria após a conclusão da descarga no local ou recinto alfandegado.
- e) A condição de contribuinte na importação recai sobre a pessoa que promove a entrada física do bem no território nacional, não sendo possível atribuir tal condição ao adquirente de uma mercadoria que já se encontre entrepostada.

120. O Imposto Seletivo foi introduzido no sistema tributário nacional com uma finalidade predominantemente extrafiscal, visando desestimular o consumo de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Com base nas disposições da Lei Complementar 214/25 sobre o Imposto Seletivo, analise as afirmativas a seguir:

- I. O tributo incide sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, havendo previsão de não incidência sobre os bens e serviços cujas alíquotas do imposto sobre bens e serviços e da contribuição social sobre bens e serviços sejam reduzidas em 60%.
- II. Na sistemática do novo tributo, o legislador garantiu ao sujeito passivo o direito à apropriação e ao aproveitamento de créditos correspondentes ao imposto cobrado nas operações anteriores, garantindo a não cumulatividade em toda a cadeia produtiva.
- III. O imposto adota a regra do cálculo por fora em relação a si mesmo, de modo que o seu próprio montante não integra a sua base de cálculo. Ademais, os valores incidentes a título de imposto sobre bens e serviços e de contribuição social sobre bens e serviços também não integram a base de cálculo do Imposto Seletivo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha

121. Uma empresa apresentou impugnação administrativa alegando erro material no lançamento.

Durante o julgamento, decidiu-se pela inocorrência do referido erro, mas constatou-se, de ofício, a

decadência do direito de lançar, favorável ao contribuinte.

Considerando a disciplina da LC nº 227/2026, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade julgadora está absolutamente vinculada aos fundamentos invocados pelo contribuinte.
- b) O reconhecimento da existência de decadência só poderia ocorrer a pedido do sujeito passivo.
- c) A autoridade poderá apreciar matérias cognoscíveis de ofício, respeitados os limites do devido processo legal e do contraditório.
- d) O erro material somente não poderá ser discutido mediante ação judicial.
- e) O contribuinte perde qualquer direito de ter a decisão revista por ter formulado defesa baseada em fundamento improcedente.

122. Um Município pretende editar norma própria disciplinando procedimentos de arrecadação do IBS em seu território, alegando que a autonomia municipal lhe permite regulamentar a cobrança do imposto conforme suas peculiaridades locais.

À luz da disciplina do Comitê Gestor do IBS, na forma prevista na lei complementar nº 227/26, assinale a alternativa correta.

- a) O Município pode editar regulamento próprio sobre arrecadação do IBS, desde que não contrarie a Constituição Federal.
- b) Cada Estado e Município pode estabelecer procedimentos próprios de arrecadação, desde que preserve a alíquota uniforme.
- c) As competências administrativas relativas ao IBS são exercidas de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do IBS.
- d) A arrecadação do IBS compete simultaneamente ao Comitê Gestor e aos fiscos municipais, em regime de competência concorrente.
- e) O Comitê Gestor apenas distribui a arrecadação do IBS, sendo vedada sua atuação na administração do tributo.

123. Durante o julgamento de um processo administrativo tributário do IBS, discutiu-se a produção de provas pelo contribuinte.

Com base na lei complementar nº 227/26, assinale a alternativa incorreta.

- a) O contribuinte pode requerer a produção das provas admitidas em direito, observadas as limitações legais.
- b) A autoridade julgadora indeferirá impugnação que seja inpeta.
- c) O processo administrativo tributário busca a verdade material, permitindo atuação ativa da autoridade julgadora na instrução do feito.
- d) A autoridade julgadora pode indeferir qualquer requerimento de prova sem necessidade de fundamentação, por força do princípio da discricionariedade administrativa.
- e) Quando puder decidir o mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

124. No curso de um inventário, verificou-se que um dos herdeiros recebeu patrimônio de valor superior ao quinhão que lhe caberia segundo as regras do direito sucessório, sem qualquer compensação financeira aos demais sucessores.

À luz das definições estabelecidas pela LC 227/2026, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de adiantamento de legítima.
- b) Trata-se de doação indireta.
- c) Trata-se de renúncia translativa.
- d) Trata-se de cessão gratuita de direitos hereditários.
- e) Trata-se de excesso de meação ou de quinhão.

125. Assinale a alternativa INCORRETA.

Com base nos conceitos previstos na LC 227/2026, assinale a alternativa incorreta.

- a) Considera-se pessoa vinculada, entre outras hipóteses, o cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau.
- b) O conceito de bem ou direito restringe-se aos bens corpóreos, excluindo direitos autorais e direitos de propriedade industrial.
- c) Também é considerada pessoa vinculada a pessoa jurídica que tenha como diretor ou administrador cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau do sucessor ou do donatário.
- d) O conceito de sucessor compreende, além do herdeiro, o legatário, o beneficiário, o fiduciário, o fideicomissário e qualquer outra pessoa física ou jurídica destinatária dos bens ou direitos.
- e) A transmissão causa mortis compreende, inclusive, a reversão gratuita da titularidade dos bens e direitos objeto de trust no exterior em favor do beneficiário, em razão do falecimento do instituidor.

CADERNO 4 - FISCAL (TARDE)**CONTABILIDADE FISCAL***Silvio Sande*

126. A empresa Picanço Ltda. apura seus resultados mês a mês pelo regime de competência. Para a apuração do resultado do mês de outubro/2025, o contador da empresa considerou as seguintes informações:

FATOS	VALORES
Despesa de outubro, paga em novembro	520,00
Receita de outubro, recebida em novembro	450,00
Despesa de novembro, paga em outubro	420,00
Receita de em novembro, recebida em outubro	730,00
Despesa de outubro, paga em outubro	400,00
Receita de outubro, recebida em outubro	650,00

O resultado obtido pela empresa Picanço Ltda de acordo com o regime de competência, foi

- a) prejuízo de 980
- b) prejuízo de 1080
- c) lucro de 1080
- d) prejuízo de 1390
- e) lucro de 1.390

127. A Cumbica S/A A adquiriu, a prazo, em 31.12.x0, estoques de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 100.000,00. O prazo para pagamento é de 45 dias. Caso a operação fosse à vista, o valor das mercadorias seria de R\$ 95.000,00.

Considerando os fatos apresentados e o método das partidas dobradas, para a Cia Cumbica S/A a operação de aquisição representará um fato contábil:

- a) modificativo diminutivo.
- b) modificativo aumentativo.
- c) permutativo.
- d) misto aumentativo.
- e) misto diminutivo.

128. Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante.

Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (180 dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como

- a) despesas financeiras no Resultado.
- b) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
- c) conta redutora das Receitas, no Resultado.
- d) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
- e) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.

129. Um contador, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa Guarulhos S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 1000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela Guarulhos S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

Cenário	Desembolso	Probabilidade
1	1.000.000	30%
2	800.000	25%
3	600.000	20%
4	500.000	15%
5	400.000	10%

Nesse caso, a empresa Guarulhos S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 695.000.
- c) R\$ 800.000.
- d) R\$ 1.000.000.
- e) R\$ 1.500.000.

130. A empresa Tiradentes adquiriu, em 31/12/2023, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 foi, em reais,

- a) 130.000,00.
- b) 120.000,00.
- c) 110.000,00.
- d) 100.000,00.
- e) 90.000,00.

131. Em 30/04/2025, uma empresa adquiriu mercadorias para revenda por R\$ 30.000. O frete para a entrega foi de R\$ 2.000, o seguro para o transporte de R\$ 1.000 e os gastos com atividades promocionais de R\$ 2.500. Ainda, o supermercado incorreu em gastos administrativos de R\$ 1.500.

Na data, a empresa reconheceu, estoques de:

- a) R\$ 31.00.
- b) R\$ 32.000.
- c) R\$ 33.000.
- d) R\$ 35.500.
- e) R\$ 37.000.

132. A Empresa Cumbica S/A., ao final de certo exercício social, dispunha das seguintes informações para realizar o teste de recuperabilidade de determinado ativo imobilizado.

As informações a seguir estão relacionadas a determinado ativo imobilizado de uma companhia aberta,

- valor justo: R\$ 610.000
- valor contábil: R\$ 600.000

- valor em uso: R\$ 605.000
- valor residual: R\$ 50.000
- despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo imobilizado: R\$ 20.000

Com base nos dados hipotéticos apresentados, é correto afirmar que o valor da perda por desvalorização do ativo em apreço é

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 5.000.
- c) R\$ 20.000.
- d) R\$ 25.000.
- e) R\$ 35.000.

133. A empresa Itapipoca S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Itapipoca S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Itapipoca S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Itapipoca S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

134. A Cia. SS S.A., durante o ano de 2025, obteve lucro de R\$ 600.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 200.000,00, entre outros, para a Cia. S2 S.A., para a qual vendeu 30% de seu capital social em 2024. Considerando-se essas informações e sabendo que o investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, pode-se afirmar que a Cia. SS S.A., em 31/12/2025,

- a) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 60.000,00.
- b) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 120.000,00.
- c) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 180.000,00.
- d) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 180.000,00.
- e) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 60.000,00.

135. Em 31/12/2023, a Cia. ABC adquiriu 80% das ações da Cia. XYZ pelo Valor de R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. XYZ era R\$ 20.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 25.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

O valor do ágio pago pela Cia. ABC na aquisição do investimento na Cia. XYZ foi, em reais,

- a) 4.000.000,00.
- b) 10.000.000,00.
- c) 14.000.000,00.
- d) 24.000.000,00.
- e) 28.000.000,00.

136. A Cia. BONSUCESSO reconheceu, durante o ano de 2025, vendas brutas no valor total de R\$ 5.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas R\$ 850.000,00
- Abatimentos sobre vendas R\$ 320.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas R\$ 500.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas R\$ 50.000,00
- Impostos sobre vendas R\$ 1000.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa R\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientes R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 1.800.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. BONSUCESSO, no ano de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 2.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 2.830.000,00 e 1.030.000,00.
- c) 2.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 2.830.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 2.830.000,00 e 1.110.000,00.

137. O prejuízo do exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/76, deve ser absorvido na seguinte ordem:

- a) reserva legal, reservas de lucros e lucros acumulados.
- b) reserva legal, reservas de lucros e reserva de capital.
- c) capital social, reservas de capital e reserva legal
- d) lucros acumulados, reserva legal e reservas de lucros
- e) lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal.

138. A empresa Macedo S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2024, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2025, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiro.....R\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao Capital.....R\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do Período.....R\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legal.....R\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingência.....
.....R\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios.....
.....R\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhia.....R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Macedo S.A. em 31 de dezembro de 2025 foi de:

- a) R\$ 385.000,00.
- b) R\$ 395.000,00.
- c) R\$ 395.000,00.
- d) R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 450.000,00

139. A Cia. SP S/A detém a 60% do capital total da Cia RJ. As companhias apresentaram os seguintes balanços patrimoniais, encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ativo	Cia. SP	Cia RJ
Caixa	40.000,00	28.000,00
Banco	80.000,00	52.000,00
Títulos a receber	75.000,00	24.000,00
Ações da Cia. RJ	40.000,00	
Imobilizado	90.000,00	31.000,00
Total	325.000,00	135.000,00
Duplicatas a pagar	98.000,00	48.000,00
Dívidas trabalhistas	32.000,00	19.000,00
Empréstimo	28.000,00	18.000,00
Capital	95.000,00	40.000,00
Reservas	72.000,00	10.000,00
Total	325.000,00	135.000,00

Após a consolidação do balanço patrimonial das duas companhias, pode-se afirmar que o valor do patrimônio líquido consolidado, em reais, é de

- a) 187.000,00
- b) 197.000,00.
- c) 207.000,00.
- d) 217.000,00.
- e) 220.000,00.

140. A Cia. Caicó, em 31/12/2025, extrai, a partir de seus sistemas contábeis, as seguintes informações:

Contas	Saldo (em R\$)
Custo dos produtos vendidos	6.000.000
Despesa de depreciação	200.000
Despesas de aluguéis	210.000
Despesas financeiras	120.000
Despesas de equivalência patrimonial	110.000
Dividendos distribuídos	150.000
Mão de obra e encargos trabalhistas	1.500.000
Materiais adquiridos de terceiros	100.000
Receita bruta	10.000.000
Receitas financeiras	550.000
Receitas de aluguel	200.000
Receitas de dividendos	120.000
Serviços de terceiros	700.000

Tendo em vista as informações apresentadas e o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) –, assinale a alternativa que indica o Valor Adicionado Recebido em Transferência referente ao exercício de 31/12/2025.

- a) R\$ 900.000
- b) R\$ 810.000
- c) R\$ 760.000
- d) R\$ 400.000
- e) R\$ 300.000

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

141. Durante o planejamento da auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa S.A., a administração sustentou que a contratação de auditor independente implicaria

compartilhamento de responsabilidade pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Alegou, ainda, que, uma vez emitida opinião sem ressalvas, os usuários poderiam considerar assegurada a absoluta correção das informações apresentadas. Considerando os objetivos da auditoria de demonstrações contábeis e as premissas fundamentais estabelecidas pelas normas de auditoria, é correto afirmar:

- a) A auditoria tem por objetivo assegurar aos usuários que as demonstrações contábeis estão integralmente livres de distorções, transferindo ao auditor parcela da responsabilidade originalmente atribuída à administração.
- b) A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis é compartilhada entre administração e auditor independente, cabendo aos responsáveis pela governança apenas supervisionar a emissão do relatório de auditoria.
- c) As NBCs TA estabelecem diretamente as responsabilidades da administração e dos responsáveis pela governança quanto à elaboração das demonstrações contábeis, prevalecendo, nesse aspecto, sobre disposições legais ou regulamentares eventualmente divergentes.
- d) A auditoria tem por objetivo aumentar o grau de confiança dos usuários nas demonstrações contábeis mediante a expressão de uma opinião do auditor sobre sua elaboração, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, sem que a realização da auditoria exima a administração ou os responsáveis pela governança de suas responsabilidades.
- e) A expressão de opinião pelo auditor transfere aos usuários a responsabilidade pela avaliação da adequação das demonstrações contábeis, uma vez que a administração deixa de responder pelas informações após a conclusão da auditoria.

142. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Delta S.A., o auditor independente constatou limitações relevantes que, consideradas em conjunto, impossibilitaram a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para alcançar segurança razoável. Após avaliar os possíveis efeitos dessas limitações, concluiu que a emissão de opinião com ressalva seria insuficiente, nas circunstâncias, para atender adequadamente aos usuários previstos das demonstrações contábeis.

Considerando as disposições das NBCs TA aplicáveis à auditoria de demonstrações contábeis, o auditor independente deverá

- a) emitir opinião com ressalva, independentemente da extensão dos possíveis efeitos da limitação, uma vez que a impossibilidade de obtenção de segurança razoável não autoriza a abstenção de opinião.
- b) emitir opinião adversa, pois a impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente implica necessariamente que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes e generalizadas.
- c) abster-se de emitir opinião ou renunciar ao trabalho, quando a renúncia for possível de acordo com a lei ou regulamentação aplicável, caso a opinião com ressalva seja insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis.
- d) renunciar obrigatoriamente ao trabalho, ainda que a legislação ou regulamentação aplicável impeça a renúncia, uma vez que a continuidade do trabalho comprometeria automaticamente a independência do auditor.
- e) emitir relatório sem opinião sobre as demonstrações contábeis, mas incluir parágrafo de ênfase descrevendo a impossibilidade de obtenção de segurança razoável, mantendo inalterada a conclusão da auditoria.

143. Considerando os conceitos estabelecidos pelas NBCs TA acerca dos riscos de auditoria, é correto afirmar que

- a) a elevada incerteza associada à estimativa caracteriza risco de controle, enquanto as deficiências nos controles internos caracterizam risco inerente, sendo ambos componentes do risco de detecção.
- b) o risco de auditoria corresponde ao risco de que as demonstrações contábeis apresentem distorção relevante antes da realização da auditoria, sendo composto exclusivamente pelos riscos inerente e de controle.
- c) o risco de detecção decorre da suscetibilidade de uma afirmação a uma distorção relevante antes da consideração dos controles relacionados e, por essa razão, não pode ser influenciado pela natureza, época e extensão dos procedimentos executados pelo auditor.
- d) a suscetibilidade da estimativa a uma distorção relevante antes da consideração dos controles relacionados está associada ao risco inerente, enquanto a possibilidade de os controles internos não prevenirem, detectarem e corrigirem tempestivamente uma distorção relevante está associada ao risco de controle; ambos integram o risco de distorção relevante, ao passo que o risco de detecção se relaciona aos procedimentos executados pelo auditor.
- e) os riscos inerente, de controle e de detecção existem independentemente da auditoria e são de responsabilidade exclusiva da entidade, cabendo ao auditor apenas avaliar conjuntamente esses três componentes para determinar o risco de auditoria.

144. Com base nos conceitos de suficiência e adequação da evidência de auditoria, previstos nas NBCs TA, é correto afirmar que

- a) a suficiência corresponde à medida da qualidade da evidência de auditoria, sendo determinada principalmente por sua relevância e confiabilidade, enquanto a adequação representa a quantidade necessária para reduzir o risco de auditoria.
- b) quanto maior o risco de distorção relevante avaliado pelo auditor, menor será, necessariamente, a quantidade de evidência exigida, desde que os procedimentos aplicados sejam considerados confiáveis.
- c) a obtenção de grande quantidade de evidências de auditoria permite compensar evidências de baixa qualidade, de modo que a suficiência, quando elevada, pode suprir deficiências relacionadas à adequação.
- d) a suficiência representa a medida da quantidade da evidência de auditoria, cuja quantidade necessária é afetada pela avaliação dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência obtida; a adequação, por sua vez, representa a medida da qualidade da evidência, considerando sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões do auditor.
- e) a adequação da evidência está relacionada exclusivamente à sua confiabilidade, enquanto sua relevância constitui aspecto quantitativo considerado na determinação da suficiência.

145. De acordo com as normas de auditoria aplicáveis à documentação dos procedimentos realizados, o auditor deve registrar

- a) exclusivamente a identificação dos itens selecionados e o nome do profissional que executou os procedimentos, sendo dispensável o registro das datas de execução e revisão quando os papéis de trabalho forem armazenados eletronicamente.
- b) as características que identificam os itens ou assuntos específicos testados, quem executou o trabalho e a data em que foi concluído, bem como quem revisou o trabalho executado e a data e a extensão dessa revisão.
- c) as características dos itens testados e a identificação de quem executou o trabalho, sendo suficiente, quanto à revisão, registrar apenas o nome do responsável, uma vez que sua assinatura evidencia implicitamente a data e a extensão da revisão.
- d) os itens ou assuntos específicos testados e a data de conclusão do trabalho, sendo facultativa a identificação do executor e do revisor quando os procedimentos tiverem sido previstos previamente no plano de auditoria aprovado pelo sócio responsável.
- e) a natureza e a extensão dos procedimentos realizados, podendo ser dispensada a identificação individualizada dos itens testados quando a equipe documentar a população examinada, bem como as conclusões alcançadas e a identificação do responsável pela revisão.

146. Considerando as disposições da NBC TA 240(R1) acerca das responsabilidades relacionadas à fraude em auditoria de demonstrações contábeis, é correto afirmar:

- a) A responsabilidade principal pela prevenção da fraude é da administração, enquanto sua detecção compete prioritariamente ao auditor independente, cabendo aos responsáveis pela governança apenas acompanhar as providências adotadas após a identificação de irregularidades.
- b) A responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é compartilhada, em igual medida, entre administração, responsáveis pela governança e auditor independente, uma vez que todos participam, direta ou indiretamente, do processo de elaboração e validação das demonstrações contábeis.
- c) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança e da administração, devendo esta, sob a supervisão geral daqueles, enfatizar tanto a prevenção quanto a dissuasão da fraude, inclusive mediante a criação de uma cultura de honestidade e comportamento ético.
- d) A supervisão exercida pelos responsáveis pela governança deve concentrar-se na efetividade dos controles internos implementados pela administração, não abrangendo o risco de a própria administração burlar controles, pois esse risco deve ser avaliado exclusivamente pelo auditor independente.
- e) A dissuasão da fraude tem como objetivo principal eliminar as oportunidades para sua ocorrência por meio da implementação de controles internos, enquanto a prevenção busca persuadir indivíduos a não praticarem fraude em razão da probabilidade de sua detecção e consequente punição.

147. Durante trabalho de Auditoria Interna em determinada entidade, a equipe definiu procedimentos destinados tanto a avaliar o efetivo funcionamento dos controles internos estabelecidos pela administração quanto a obter evidências acerca dos dados produzidos pelos sistemas de informação.

No curso dos trabalhos, foram executados os seguintes procedimentos:

- I. exame de registros, documentos e determinados ativos tangíveis, com o objetivo de verificar a aplicação dos controles internos estabelecidos;
- II. acompanhamento presencial, pelo auditor interno, do procedimento de conferência de mercadorias no momento em que era executado pelos funcionários responsáveis;
- III. obtenção de informações junto a clientes e fornecedores conhecedores das transações realizadas pela entidade;
- IV. realização de procedimentos destinados a obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema de informação.

Conforme as normas aplicáveis à Auditoria Interna, é correto afirmar:

- a) Os procedimentos descritos em I e II constituem testes substantivos, uma vez que inspeção e observação destinam-se primordialmente à validação dos dados produzidos pelos sistemas de informação.
- b) O procedimento descrito em III não pode integrar teste de observância, pois a investigação e confirmação, para essa finalidade, devem restringir-se a pessoas vinculadas à própria entidade auditada.
- c) Os procedimentos I, II e III correspondem, respectivamente, à inspeção, observação e investigação e confirmação, podendo ser utilizados na aplicação dos testes de observância; já o procedimento IV está relacionado aos testes substantivos.
- d) Os testes de observância destinam-se a obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação, enquanto os testes substantivos buscam razoável segurança quanto ao efetivo funcionamento dos controles internos.
- e) A observação consiste na verificação de registros, documentos e ativos tangíveis, enquanto a inspeção corresponde ao acompanhamento de processo ou procedimento no momento de sua execução.

148. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada companhia, o auditor obteve, por meio de confirmação externa, informação acerca do saldo de uma obrigação que divergia de forma relevante dos registros contábeis e da documentação interna disponibilizada pela entidade. Adicionalmente, foram identificadas circunstâncias que suscitaram dúvidas quanto à confiabilidade de determinados relatórios internos utilizados como evidência de auditoria.

De acordo com as normas aplicáveis às evidências de auditoria, diante dessas circunstâncias, o auditor deve

- a) privilegiar a evidência proveniente de fonte externa, por ser necessariamente mais confiável que qualquer evidência produzida internamente, dispensando procedimentos adicionais quando a confirmação externa for documental.
- b) avaliar exclusivamente o impacto da inconsistência sobre a rubrica diretamente examinada, uma vez que eventuais repercussões sobre outros aspectos da auditoria somente devem ser consideradas quando identificada distorção relevante.
- c) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e considerar o efeito da questão, se houver, sobre outros aspectos da auditoria.
- d) desconsiderar as informações cuja confiabilidade seja questionável e substituí-las por representações formais da administração, desde que estas sejam obtidas por escrito antes da emissão do relatório do auditor.
- e) comunicar imediatamente a inconsistência aos responsáveis pela governança e interromper os procedimentos relacionados à área examinada até que a administração apresente evidência conclusiva capaz de eliminar a divergência.

149. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, os testes de observância são destinados a

- a) validar se os administradores conduzem os negócios de forma a maximizar lucros.
- b) certificar que os controles internos estabelecidos pela empresa são observados e cumpridos.
- c) garantir que não houve erros relevantes ou fraudes.
- d) substituir a necessidade de testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- e) constatar as evidências obtidas durante a execução do trabalho de auditoria e emitir opinião.

150. O procedimento de auditoria que consiste na checagem de saldos contidos em contas representativas de direitos e de obrigações por meio de informações recebidas dos próprios credores ou devedores da organização que está sendo auditada é o(a)

- a) procedimento analítico
- b) confirmação externa
- c) observação direta
- d) indagação
- e) recálculo

151. Conforme as normas de auditoria sobre amostragem, é correto afirmar que o auditor deve

- a) considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população, determinar tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável e selecionar os itens de modo que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- b) selecionar os itens de modo que as unidades de maior valor monetário tenham, obrigatoriamente, maior probabilidade de seleção, ainda que o método adotado não considere a finalidade específica do procedimento.
- c) determinar o tamanho da amostra exclusivamente com base na quantidade de itens que compõem a população, de modo que populações maiores exijam, necessariamente, amostras proporcionalmente maiores.
- d) definir inicialmente o tamanho da amostra com base no julgamento profissional e, posteriormente, selecionar preferencialmente os itens que apresentem maior risco, sendo dispensável assegurar possibilidade de seleção aos demais elementos da população.
- e) considerar as características da população apenas na etapa de avaliação dos resultados da amostra, pois, na fase de seleção, basta que o auditor empregue técnica aleatória que assegure quantidade suficiente de itens testados.

152. No planejamento de uma amostra de auditoria destinada a testar determinado saldo de contas a receber, o auditor verificou que a população é composta por grande quantidade de saldos de valores muito distintos entre si. Com o objetivo de tornar o procedimento de amostragem mais eficiente, decidiu dividir a população em subpopulações distintas, agrupando unidades de amostragem com características similares.

Considerando as normas de auditoria relativas à amostragem, a adoção desse procedimento

- a) somente permite a redução do tamanho da amostra quando os estratos formados apresentarem características heterogêneas entre si e dentro de cada estrato, pois a maior variabilidade interna reduz o risco de amostragem.
- b) tem por finalidade eliminar o risco de amostragem, uma vez que a divisão da população em grupos homogêneos assegura que as conclusões obtidas a partir das amostras sejam equivalentes às que seriam alcançadas mediante exame integral da população.
- c) pode aumentar a eficiência da auditoria, pois a estratificação busca reduzir a variabilidade dos itens dentro de cada estrato, podendo permitir a redução do tamanho da amostra sem aumentar o risco de amostragem.
- d) deve ser utilizada exclusivamente quando a população puder ser dividida em estratos de igual tamanho, de modo que cada subpopulação possua a mesma quantidade de unidades de amostragem e, consequentemente, igual representatividade.
- e) permite que o auditor examine apenas o estrato de maior valor monetário, desde que os itens nele contidos representem parcela relevante do saldo contábil, sendo desnecessária a consideração dos demais estratos para a conclusão sobre a população.

153. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa S.A., o auditor independente solicitou à administração as representações formais exigidas pelas normas de auditoria. No decorrer dos trabalhos, foram identificados fatos que suscitaram dúvidas relevantes quanto à integridade dos administradores e, conseqüentemente, quanto à confiabilidade das representações formais por eles apresentadas. Considerando as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às representações formais e à formação da opinião do auditor, é correto afirmar que o auditor

- a) deve emitir opinião com ressalva, uma vez que as representações formais constituem evidência complementar, sendo vedada a abstenção de opinião quando outras evidências apropriadas e suficientes tenham sido obtidas.
- b) deve emitir opinião adversa sempre que concluir pela falta de integridade da administração, independentemente de terem sido identificadas distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- c) deve abster-se de emitir opinião se concluir que há dúvida suficiente a respeito da integridade da administração, de modo que as representações formais exigidas não sejam confiáveis, ou se a administração não fornecer as representações formais requeridas.
- d) pode substituir integralmente as representações formais da administração por evidências obtidas de fontes externas independentes, mantendo necessariamente uma opinião não modificada quando essas evidências forem consideradas suficientes e apropriadas.
- e) deve comunicar a situação aos responsáveis pela governança, mas somente poderá modificar sua opinião se demonstrar que a falta ou a pouca confiabilidade das representações formais provocou distorção relevante e generalizada nas demonstrações contábeis.

154. Segundo as normas brasileiras de auditoria, especialmente quanto à responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis, é correto afirmar que

- a) a utilização do trabalho da função de auditoria interna transfere parcialmente a responsabilidade pela opinião de auditoria aos auditores internos, na proporção dos procedimentos por eles executados.
- b) a responsabilidade do auditor independente pela opinião expressa é reduzida quando os trabalhos da auditoria interna utilizados tiverem sido previamente avaliados como suficientes e apropriados.
- c) o auditor independente mantém total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório, não sendo essa responsabilidade reduzida pela utilização do trabalho da função de auditoria interna nem pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
- d) os auditores internos, quando prestam assistência direta ao auditor independente, passam a ser considerados independentes da entidade para fins da auditoria das demonstrações contábeis, desde que atuem sob supervisão do auditor independente.
- e) a existência de função de auditoria interna tecnicamente competente permite ao auditor independente utilizar integralmente seus trabalhos nas áreas por ela examinadas, desde que não sejam identificadas distorções relevantes, dispensando a obtenção de evidência adicional nessas áreas.

155. Uma companhia de grande porte foi submetida à auditoria independente de suas demonstrações contábeis. Durante os trabalhos, o auditor identificou três situações distintas:

- I. A administração utilizou tratamento contábil em desacordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. O auditor obteve evidência apropriada e suficiente e concluiu que as distorções decorrentes são relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis.
- II. Em outra área, a administração impediu o auditor de acessar documentos e registros indispensáveis. Não foi possível obter evidência apropriada e suficiente por procedimentos alternativos, e o auditor concluiu que os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.
- III. Adicionalmente, em circunstâncias extremamente raras, a entidade está sujeita a diversas incertezas. Embora o auditor tenha obtido evidência apropriada e suficiente sobre cada uma delas individualmente, concluiu que não é possível formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis em razão da possível interação entre essas incertezas e de seu possível efeito cumulativo.

De acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis à modificação da opinião do auditor independente, as situações I, II e III conduzem, respectivamente, à emissão de

- a) opinião adversa, abstenção de opinião e abstenção de opinião.
- b) opinião com ressalva, abstenção de opinião e opinião adversa.
- c) opinião adversa, opinião com ressalva e opinião adversa.
- d) abstenção de opinião, opinião adversa e abstenção de opinião.
- e) opinião adversa, abstenção de opinião e opinião com ressalva.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Bruno Langoni

156. A Secretaria da Receita disponibilizou no Domicílio Tributário Eletrônico Municipal, na quinta-feira, 6 de agosto de 2026, intimação de ação fiscal do ISSQN à “Cabucu Armazéns Gerais”, de Cumbica.

No sábado, 8 de agosto, dia não útil, tal qual o domingo seguinte, a própria sociedade consultou o inteiro teor da comunicação, por preposto credenciado e mediante o seu código de acesso, havendo expediente normal nos dias 7, 10 e 21.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) A intimação se presume feita em 6 de agosto, data da disponibilização no sistema, pois a comunicação eletrônica é considerada pessoal para todos os efeitos legais.
- b) A intimação se presume feita em 7 de agosto, primeiro dia subsequente ao da disponibilização, marco em que a ciência eletrônica se reputa aperfeiçoada.
- c) A intimação se presume feita em 10 de agosto, primeiro dia útil seguinte ao da consulta eletrônica, porque esta se deu em dia não útil.
- d) A intimação se presume feita em 8 de agosto, data da consulta eletrônica ao inteiro teor, sem qualquer ressalva quanto a ter ocorrido em dia não útil.
- e) A intimação se presume feita em 21 de agosto, termo final do prazo de quinze dias para a consulta, pois a consulta em dia não útil é desconsiderada.

157. Em ação fiscal na sede da “Frescor do Campo”, distribuidora de hortifrutigranjeiros situada no bairro Taboão, Auditor-Fiscal lotado na Secretaria da Receita apreendeu mercadorias e livros que constituíam prova material de infração, lavrando o competente auto de apreensão, sendo parte das mercadorias de fácil deterioração.

A empresa nada requereu, não depositou as quantias exigíveis e permaneceu inerte quanto à comprovação das exigências legais de liberação.

À luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Não comprovadas em trinta dias as exigências legais de liberação, os bens apreendidos irão a leilão, podendo este, quanto aos de fácil deterioração, realizar-se desde o dia da apreensão.
- b) Não comprovadas em vinte dias as exigências legais de liberação, os bens apreendidos irão a leilão, admitida, quanto aos de fácil deterioração, a antecipação para o décimo dia seguinte.
- c) Os livros e documentos apreendidos somente podem retornar ao autuado após a decisão final do processo, sendo vedada a devolução antecipada, ainda que requerida e mediante recibo.
- d) Apurada na venda importância superior ao crédito tributário e aos acréscimos cabíveis, o excedente converte-se desde logo em renda do Município, dispensada qualquer notificação do autuado.
- e) A restituição dos bens apreendidos independe de depósito das quantias exigíveis, bastando requerimento e recibo, ficando retidos até a decisão final apenas os livros de escrita fiscal.

158. Auditor-Fiscal da Secretaria da Receita lavrou, no estabelecimento da “Diagnósticos Vila Galvão”, termo de início de fiscalização do ISSQN, consignando a data de início, o período fiscalizado e os livros a examinar, tendo o sócio-administrador se recusado a assiná-lo.

Dias depois, já em curso a fiscalização, a empresa pretendeu denunciar espontaneamente receitas omitidas, sustentando que a espontaneidade só se perderia com o auto de infração.

Diante disso, à luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento fiscal somente se considera iniciado com a lavratura do auto de infração e imposição de multa, sendo os atos anteriores meros preparatórios sem efeito sobre a espontaneidade.
- b) A exclusão da espontaneidade dos demais envolvidos nas infrações verificadas depende de prévia intimação individual, alcançando desde logo apenas o sujeito passivo submetido à fiscalização.
- c) A recusa do fiscalizado em assinar o termo de fiscalização acarreta a nulidade do ato e autoriza o agravamento da penalidade, impondo nova lavratura na repartição.
- d) O termo de início de fiscalização deflagra o procedimento fiscal e exclui a espontaneidade do sujeito passivo quanto a atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos.
- e) Iniciado o procedimento com o termo, o agente fazendário dispõe de trinta dias para concluir a fiscalização, prorrogáveis mediante simples anotação do próprio autuante nos autos.

159. Em ação fiscal na “Limpa Tudo Serviços Ltda.”, do bairro Picanço, o Auditor-Fiscal constatou duas infrações à legislação do ISSQN decorrentes do mesmo fato, cuja comprovação depende dos mesmos elementos de convicção, figurando como infratores a empresa e um terceiro responsável.

Apreendeu, ainda, documentos que constituem prova material das infrações e verificou indício de infração autônoma relativa à taxa de fiscalização de instalação, localização e funcionamento.

Quanto à formalização da exigência, à luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo mais de um infrator, deverá ser lavrado um instrumento distinto para cada um deles, porque a formalização da exigência se separa por infrator, e não por tributo.
- b) Decorrendo do mesmo fato mais de uma infração à legislação de um mesmo tributo, com idênticos elementos de convicção, um só instrumento alcançará todas as infrações e infratores.
- c) Constatadas na mesma ação fiscal infrações relativas a tributos diversos, é lícito reuni-las, por economia processual, em um único auto, bastando que seja idêntico o sujeito passivo autuado.
- d) Do auto de infração resulta a exigência do tributo devido e a intimação para recolhê-lo ou impugná-lo no prazo de vinte dias, sendo comumente chamado de Intimação Fiscal.
- e) O auto de infração e imposição de multa não pode ser lavrado cumulativamente com o auto de apreensão, exigindo os bens apreendidos instrumento próprio e processo autônomo apensado.

160. Durante ação fiscal em um centro de distribuição instalado às margens da Rodovia Presidente Dutra, a equipe da Secretaria da Receita foi impedida de examinar os livros comerciais da empresa “Cargas Dutra”.

Ao relatar o episódio, o Diretor do Departamento questiona quais tarefas cabem privativamente ao Auditor-Fiscal, quais cabem ao Agente de Fiscalização e quais são comuns aos dois cargos.

Nesse contexto, à luz da legislação tributária do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta:

- a) Orientar os contribuintes quanto ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais constitui competência privativa do Auditor-Fiscal, dada a natureza interpretativa que é ínsita ao desempenho dessa atribuição.
- b) Promover a manutenção do cadastro fiscal insere-se na competência comum do Auditor-Fiscal e do Agente de Fiscalização, por consubstanciar atividade de natureza meramente instrumental e não decisória.
- c) Requisitar o auxílio de força policial, quando o servidor for vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, é competência comum de ambos os cargos.
- d) O cancelamento de inscrição, sem necessidade de levantamento fiscal, quando justificável, é competência privativa do Auditor-Fiscal, por implicar alteração da situação cadastral do contribuinte perante o Fisco municipal.
- e) Julgar impugnações em primeira instância cabe privativamente ao Auditor-Fiscal, ao passo que lavrar auto de infração e notificação preliminar é competência comum, observadas as atribuições privativas de cada cargo.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>